



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E
COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**



HELENA AZEVEDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS - PRESERVAÇÃO DE
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: O PAPEL SOCIAL DA
FUNDARPE**

**RECIFE
2011**



HELENA AZEVEDO



**POLÍTICAS PÚBLICAS - PRESERVAÇÃO DE
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: O PAPEL SOCIAL DA
FUNDARPE**

Dissertação de Mestrado
apresentada como requisito
parcial para aprovação do
Mestrado no Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação, para a
obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração:
Informação, Memória e
Tecnologias.

Linha de pesquisa: Memória
da Informação Científica e
Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dra^a Maria
Cristina Guimarães Oliveira.

RECIFE

2011

A994p Azevedo, Helena.
Políticas públicas - preservação de
manifestações culturais: o papel social da
FUNDARPE / Helena Azevedo. – Recife: O
autor, 2011.
195 p. : il.

Orientador: Maria Cristina Guimarães
Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade
Federal de Pernambuco, CAC. Ciência da
Informação, 2011.

Inclui bibliografia, anexos e apêndices.

1. Ciência da informação. 2. Cultura. 3.
Memória. 4. FUNDARPE I. Oliveira, Maria
Cristina Guimarães. (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2011-88)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662



**Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação - PPGCI**

Dissertação de Mestrado apresentada por Helena Azevedo à Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título **“POLÍTICAS PÚBLICAS – PRESERVAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: O PAPEL SOCIAL DA FUNDARPE”** orientada pela Prof^ª Maria Cristina Guimarães Oliveira e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof^ª D^{ra} Maria Cristina Guimarães Oliveira
Departamento de Ciência da Informação / UFPE

Prof. Dr. Luís Augusto da Veiga pessoa Reis
Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística / UFPE

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Departamento de Ciência da Informação / UFPB

Autor:

Helena Azevedo

DEDICATÓRIA

À minha mãe Conceição (*in memoriam*) SEMPRE.

Aos meus filhos Guilherme e Juliana.

À minha irmã Susana, e aos meus sobrinhos Carla e Josué.

À minha Tia Celeste Azevedo.

À minha Tia Maria do Carmo da Silva.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Conceição (*in memoriam*) SEMPRE. Por ter lutado para me colocar em pé. Moldando meu caráter e transmitindo valores éticos e morais norteadores da minha vida. Pela educação e por incutir em meu pensamento que o maior e melhor tesouro que ela poderia me deixar seria a cultura e o estudo como armas para lutar pela vida.

Aos meus filhos Guilherme e Juliana razão e motivo da minha vida, peças essenciais na construção da minha história. Pelo carinho, amor, atenção, gentileza, apoio e incentivo que recebo em todos os momentos. Com eles, a certeza de que TUDO valeu à pena!

À minha irmã Susana, companheira e amiga, sempre presente. Incentivadora e festiva em todas minhas conquistas; e, em todos os meus fracassos, apoiando e me ajudando durante toda minha vida. A ela que, com exceção dos meus filhos, é o motivo de minha vida. Com ela a certeza de que se eu não tivesse mais nada e nem ninguém na vida, sempre teria ela ao meu lado. Neste momento em especial, me incentivando e criando condições para a conclusão desta dissertação.

Aos meus sobrinhos (filhos do coração) Carla e Josué, presentes em momentos importantes (inclusive, na notícia de que havia sido aprovada no vestibular), que além de tudo me cobrem com atenções, gentilezas, carinho e amor! Fazem parte ao lado dos meus filhos como peças fundamentais na construção da minha história.

À minha, Tia Celeste Azevedo, bibliotecária aposentada da Universidade Federal de Pernambuco –

Biblioteca Central, pelo incentivo para que eu voltasse a estudar, fazendo o vestibular para biblioteconomia. Bibliotecária que fez do seu ofício uma arte e um estilo de vida, servir sempre!

À minha Tia Maria do Carmo da Silva, presente em todos os momentos da minha vida, desde muito bebê, me proporcionando afeto, amor e dedicação. Presença que me garantiu, em momentos difíceis, conseguir levar adiante meu sonho de concluir minha graduação.

Ao meu pai, Gilberto, e aos meus irmãos: Gilberto e Ivan, que distantes, os faço presentes neste momento único na minha vida.

Ao pai dos meus filhos Luciano da Silva Azevedo, que por caminhos tortuosos sempre me impulsionou a lutar pela minha vida e pelos meus filhos.

A todos meus familiares, tios, tias, sobrinhos, sobrinhos-netos e primos; a Bel e Sr. Ivanildo (meus sogros) pelo apoio e incentivo, às minhas cunhadas: Ana Lúcia, Sandra, e Flávia, e meu cunhado Tônico; e aos amigos que direta e indiretamente compartilharam comigo da construção de um sonho. Obrigada pela força e pelo incentivo.

Aos meus tios (do coração!): Romeu Bôto Dantas e Marinalva Espíndola Bôto Dantas (*in memoriam*), pelo exemplo de amor, caráter, honestidade, lealdade, consideração e amizade com a minha mãe, e comigo. A quem aprendi a amar como pais.

A Gilberto Neto (meu sobrinho), pelo apoio, incentivo e pela preciosa colaboração na revisão e tradução do meu resumo.

Aos meus AMIGOS-IRMÃOS: Adelma Araújo (codinome: Adelma Maria da Silva) e Nelson Júnior (codinome: Amore-mio), que são a tradução perfeita do significado de AMIZADE. Pela presença, amizade, lealdade, carinho e apoio incondicionais, dedicados a mim e aos meus filhos e familiares. Companheiros fiéis que compartilho momentos alegres e tristes, que juntos fizeram minha história valer a pena. Com eles tive o exemplo perfeito da amizade sincera, do carinho impossível de ser mensurado e do apoio em todos os momentos.

À minha professora, orientadora a quem me honra chamá-la de amiga: Maria Cristina Guimarães Oliveira, pela paciência, dedicação, orientação e por incentivar o desenvolvimento do pensar! E por ser sempre, acima de qualquer coisa, humana!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, que moldando pedras brutas nos transformaram em profissionais conscientes do papel social da nossa profissão: Maria Cristina Guimarães Oliveira, Carlos Xavier, Lourival Holanda, Denis Bernardes, Gilda Verri, Marcos Galindo e Renato Correa. À Suzana Wanderley secretária do programa que sempre vai além das suas funções, com cuidados e atenções dispensadas. E, a todo corpo docente que faz parte do PPGCI, que, independente de terem atuado nas disciplinas que cursei, reconheço seus valores e competências. Ao Sr. Biagio, pelos inesquecíveis cafés. E que aliados aos outros sempre farão parte de um histórico, não curricular, mas de vida.

A todos os companheiros nesta jornada, alunos do Programa de Pós-Graduação da UFPE, AMIGOS, revelados

durante esta trajetória. Nominá-los seria difícil, porém, a turma de 2009 é preciso identificar: Ana Cláudia, Adriana, Simone, Ângela, Amanda, Giane, Susimere, Sandra e Sânderson pois compartilharam angústias e alegrias no transcorrer das disciplinas, e como Carlos Xavier diria: Sangue, suor e lágrimas... AMIGOS, companheiros de sonhos...

Aos meus amigos sempre presentes: Williana, Silvana, Cristiane, Ana Catarina, como parceiras, AMIGAS no sentido amplo da palavra, que generosas me acolheram, apoiaram e incentivaram, em todos os momentos.

À Gracy Kelli, que me mostrou o poder de uma amizade sincera e incondicional. Amiga por excelência, companheira em momentos bons e ruins. Sempre aquecendo meu coração com gentilezas e atenções.

Ao Instituto Federal de Pernambuco – IFPE pela compreensão e incentivo face às necessidades imperiosas de cumprimento das etapas da conclusão do meu mestrado.

Aos amigos que me honraram com a fiel distinção da palavra AMIGO do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE. Em especial a Rafael (e família), Thiago (e família), Fernando (e família), Wdercleison (e família), Mônica Vasco, José Carlos, Marcos, Emmanuel, Flávia, Daiane, e a todo corpo docente, destaco a participação preciosa de: Marcelo (e família), Romero e Magdala (e família), Márcio Carneiro e Adriano; aos servidores do administrativo, que direta e indiretamente contribuíram com a realização dessa dissertação; com palavras, apoios, gestos e atitudes.

À FUNDARPE pelo apoio institucional e pela compreensão na autorização para que fosse possível desenvolver este projeto de pesquisa.

À Associação comunitária rural dos remanescentes do quilombo Nêgo do Timbó. Pela acolhida, receptividade, consideração, apoio, incentivo e amizade que me dispensaram. Em especial ao Entrevistado 1, sua esposa Edileusa (e família) e a Entrevistado 2 (e família). Sem eles, esta pesquisa não teria sido concretizada. Deles recebi algo que vai além dos limites de participantes da pesquisa. Recebi AMIZADE!

A Todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a realização de um sonho, e que podem ter sido omitidos pela falha da memória!

A Deus pela força e coragem que recebo para que eu continue a lutar pela vida, e pela realização dos meus sonhos, e por me abençoar dando-me tantos amigos ao longo da minha vida.

*"Destruída a memória colectiva
duma cultura, ela pode ser
varrida da história".*
McGarry

RESUMO

Busca-se discutir a importância que a cultura assume frente à preservação das manifestações culturais de uma comunidade em seu aspecto de diversidade cultural, e através dos Pontos de Cultura na perspectiva da política justificar a execução de ações e diretrizes que possibilitem a prática de um programa que privilegie a cultura e sua preservação na cidade de Garanhuns. O presente projeto de pesquisa tem o objetivo de entender a aplicabilidade das políticas públicas culturais e contribuir através dos resultados encontrados na visibilidade da realidade local, trazendo considerações que digam respeito à construção de políticas públicas culturais, em âmbito Estadual e Municipal, que privilegiem a preservação das manifestações culturais de uma comunidade quilombola – Usina de Revitalização Nêgo do Timbó, situada no distrito de Iratama, Município de Garanhuns/PE, localizada no agreste meridional do Estado de Pernambuco. Tal comunidade está vinculada à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE e é oriundo do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura – MINC em parceria com os governos estaduais e municipais, estimulando ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem; e de que forma contribuem para o resgate das manifestações culturais da comunidade, estudando as raízes dela e para compreensão da maneira como as políticas culturais atuam, em especial nessa para entender de que forma elas podem atuar na sua preservação. O presente trabalho será construído utilizando a metodologia do estudo de caso, de abordagem qualitativa e empregando os procedimentos de coleta de dados através de entrevistas estruturadas, sendo feita a análise do material levantado pautada no levantamento bibliográfico existente na área, com temas que fazem uma relação estreita com o universo da pesquisa. Busca-se, ao final da pesquisa, contribuir com discussões a respeito da execução de políticas públicas, no entendimento do universo informacional potencial e no intuito

de fortalecimento da conservação das expressões culturais, da sua memória; seus pontos positivos e negativos para com a finalidade de atingir esta preservação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Cultura. Memória. Manifestações Culturais. Comunidade Quilombola Nêgo do Timbó. FUNDARPE.

ABSTRACT

It is intended to understand the importance that culture plays towards the preservation of the community's cultural manifestations in its cultural diversity aspect, and through the cultural points in a political perspective to justify the implementation of actions and guidelines to allow the execution of a program that favours the culture and its preservation in the city of Garanhuns. This research project aims to understand the applicability of cultural public policies and contribute through the results found out on the visibility of the local reality with considerations that are related to the setting up of public (state and county) cultural policies, which privilege the preservation of cultural manifestations of a quilombola community - Revitalization Plant Nêgo do Timbó, located at the district of Iratama, inside the Municipality of Garanhuns/PE, situated on the southern wild country of the state of Pernambuco. Such community is linked to the Foundation for the Historical and Artistic Heritage of Pernambuco - FUNDARPE, and it is originated from the More Culture Programme, afforded by the Ministry of Culture - MINC in partnership with the state governments, stimulating Municipal actions for the root culture and to the strengthening of folk manifestations within their original territories, and how they contribute to a revival of cultural manifestations inside the community, studying its roots, and, especially that, to understand how cultural policies work, and particularly to understand how they can function in cultural preservation. Such a study will be set up using the methodology of case study, and a qualitative approach using the procedures of data collection through semi-structured interviews, being done a analysis of the collected material using the bibliographical survey basis that exists in this field with themes that make a close relationship with the research universe. The aim is, at the end of this study, to contribute for discussions about the execution of public policy grounded in democratic basis, with the intention of strengthening

the preservation of cultural events, their memory; and the pros and cons of this safeguard.

Keywords: Public Policies. Culture. Memory. Cultural manifestations. Quilombola Community Nêgo do Timbó. FUNDARPE.

LISTA DE SIGLAS

CPISP	Comissão Pró Índio de São Paulo
CTP	Comissão Pastoral da Terra
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNCULTURA	Programa Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
PMG	Prefeitura Municipal de Garanhuns
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
RDs	Regiões de Desenvolvimento
RRNE/MINC	Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura (SNC)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Reunião da Associação mensal e Festa de encerramento das aulas da escola existente no local	96
Figura 02	Integrantes da Associação na Festa de encerramento das aulas da escola existente no local	96
Figura 03	Integrantes da Associação em reunião mensal	96
Figura 04	Integrantes da Associação em reunião mensal	96
Figura 05	Artesanato Local – Mestre Fida	97
Figura 06	Puxador do samba de coco	97
Figura 07	Samba de coco	97
Figura 08	Integrantes da banda do Samba de coco	97
Figura 09	A comunidade Nêgo do Timbó	100
Figura 10	Imediações da Igreja, fazendo parte do quilombo	100
Figura 11	Imediações da Igreja, integrando o quilombo do Timbó	100
Figura 12	Edileusa Barbosa, integrante da localidade, nascida e criada no quilombo do Timbó	100
Figura 13	Presidente da Associação	101
Figura 14	Puxador do samba de coco	102
Figura 15	Puxador do samba de coco com seu pandeiro	102
Figura 16	Igreja de Nossa Senhora de Nazareth do Timbó	103
Figura 17	Altar de Nossa Senhora de Nazaré do Timbó	103
Figura 18	Altar lateral da igreja	103
Figura 19	Altar lateral da igreja	103
Figura 20	Sr. Vicente, nascido e criado no quilombo do Timbó, guardião da Igreja	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	Sobre a política pública de cultura	36
1.2	Justificativa	39
1.3	Universo da pesquisa	41
2	OBJETIVO GERAL	45
2.1	Objetivos específicos	45
3	METODOLOGIA	47
3.1	Sobre a pesquisa qualitativa	48
3.2	Sobre a pesquisa exploratória	50
3.3	Sobre o estudo de caso	51
3.4	Entrevistas: técnica para levantamento de opiniões	53
3.5	Principais Procedimentos	55
4	INFORMAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	57
4.1	A informação e a cultura	57
4.2	O uso social da informação na preservação de manifestações culturais de uma comunidade	59
4.3	Identidade e Cidadania: presença na preservação das manifestações culturais	67
4.4	Algumas reflexões sobre as “faces” das políticas	75
4.4.1	<i>Políticas públicas</i>	75
4.4.2	<i>Políticas de cultura</i>	76
5	PATRIMÔNIO: MATERIAL E IMATERIAL	81
6	FUNDARPE: HISTÓRIA E MISSÃO	89
7	A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO NÊGO DO TIMBÓ: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRESERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS – UMA INVESTIGAÇÃO	95
7.1	A comunidade quilombola Nêgo do Timbó	95
7.2	Principais resultados	105

7.3	Análise dos resultados	150
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	161
	GLOSSÁRIO	169
	APÊNDICES	173
	APÊNDICE A: Roteiro de perguntas para aplicação na Associação Comunitária Nêgo do Timbó	175
	APÊNDICE B: Digitalização do documento de entrada no Comitê de Ética da UFPE	179
	APÊNDICE C: Digitalização da Carta de Anuência da FUNDARPE	181
	ANEXO	182
	ANEXO 1: Digitalização do folheto distribuído pela Usina de Revitalização Nêgo do Timbó	183

1 INTRODUÇÃO

Buscou-se entender a importância que a cultura assume frente à preservação das manifestações culturais de uma comunidade. Em seu aspecto de diversidade cultural, e através dos Pontos de Cultura na perspectiva da política justificar a execução de ações e diretrizes que possibilitem a execução de um programa que privilegie a cultura e sua preservação na cidade de Garanhuns no Estado de Pernambuco. Onde o objetivo maior da preservação é o legado das tradições e origens de uma comunidade.

O objeto de estudo será o Ponto de Cultura¹: “Usina de Revitalização Nêgo do Timbó (Garanhuns-PE)”, colocado em prática através do Programa Mais Cultura, proposto pelo Ministério da Cultura (MINC) em parceria com os governos estaduais e municipais, estimulando ações voltadas para a cultura de raiz² e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem. É importante

¹ Pontos de Cultura - Potencializam iniciativas e projetos culturais já desenvolvidos por comunidades, grupos e redes de colaboração, através de convênios estabelecidos com entes federativos. Fomentam a atividade cultural, aumentam a visibilidade das mais diversas iniciativas culturais e promovem o intercâmbio entre diferentes segmentos da sociedade (MINC, 2010).

² Sobre esta configuração de cultura de raiz [raízes] CUCHE (2002) aponta que: havendo o atrelamento cultural, não existiria a um reconhecimento de grupo, pois ela seria preexistente, sendo impraticável sua evolução, sua construção e reconstrução. Não podemos nos esquecer que a cultura é dinâmica e vai assumindo características e se enriquecendo, se reconstruindo.

acompanhar de que maneira contribuem para o resgate das manifestações culturais desta comunidade, estudando as raízes da comunidade para compreensão da forma como as políticas culturais atuam, em especial nesta localidade, pautando-se um estudo de caso para entender como elas podem atuar na sua preservação.

Ao contemplar essa manifestação cultural o estudo de caso poderá favorecer a divulgação da comunidade, na análise da implantação da política cultural do Estado e de como estas políticas podem atuar no Ponto de Cultura, para possibilitar sua salvaguarda; sua atuação na comunidade em que está inserida e identificando pontos de intervenção e suas ações preservacionistas, para observar e apreender as ações da Usina de Revitalização Nêgo do Timbó em Garanhuns, entendendo de que forma essa manifestação está inserida na comunidade e suas ligações culturais.

A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) ao desenvolver o plano de gestão e conceituar os territórios culturais busca contribuir para a gestão regional da política pública de cultura, reconhecendo as identidades e diversidades da geografia cultural do Estado, identificando e valorizando a política pública cultural.

A Usina de Revitalização, inserida na comunidade Nêgo do Timbó é uma comunidade dos remanescentes quilombolas onde existe uma iniciativa que se destaca pela visão que proporciona à causa. A formação de uma

comunidade que discute ideias e fortalece práticas de afirmação e inclusão, desta forma, possibilita ao poder público o reconhecimento dos detalhes inseridos numa comunidade de destaque na produção artística. Nesse Ponto de Cultura a comunidade realiza e expressa sua tradição oriunda do Quilombo Timbó, oportunizando a promoção e a possibilidade de preservação do seu patrimônio imaterial.

Nessa manifestação cultural são realizadas ações de fortalecimento no distrito de Iratama, zona rural de Garanhuns, podendo ser citadas algumas das manifestações culturais de preservação: banda de pífanos³, samba de coco, mamulengo, animação, bonecas, cerâmica, capoeira e as histórias de mestres locais como: “Entrevistado 1”, “Seu Porfiro”, “Mestre Fida” e “Comadre Nalvinha”.

Estas ações acontecem na área quilombola já titulada. Sua coordenação, após a redefinição de um novo representante, citada pelos integrantes durante as visitas empreendidas pela autora da pesquisa, em diversos e diferentes momentos, fica sob responsabilidade da Associação Comunitária Rural dos Remanescentes do Quilombo Nêgo do Timbó e suas circunvizinhanças.

No Ponto de Cultura acima descrito, considerando a sua realidade local, empreendemos um estudo de caso identificando o papel da FUNDARPE neste contexto, observando de que forma essa política privilegia a cultura de

³ Vocabulário regional, ver Glossário

raiz quilombola, acompanhando o desenvolvimento de ações que destaquem o respeito à identidade cultural, tendo em sua diversidade o enfoque principal formador destas ações.

Assim, foi possível analisar o patrimônio cultural imaterial, a memória e a informação como bases importantes para construção de uma diretriz para o desenvolvimento social, preservando a manifestação cultural e contribuindo-se de forma teórica para as discussões relacionadas à cultura, à preservação das manifestações culturais e as políticas públicas colocadas em prática pela FUNDARPE.

Ao analisar as ações colocadas em prática pela FUNDARPE através dos Pontos de Cultura. Adotamos o estudo de caso, de abordagem qualitativa buscando, nas análises dados da natureza discursiva do material coletado, de observação direta. Identificando as diretrizes propostas nas ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem em seus aspectos de construção de identidade social, tendo o patrimônio cultural e a informação como bases importantes para construção de uma política sólida que vise ao desenvolvimento.

Como questão norteadora que fundamenta este trabalho encontra-se a pergunta: como a aplicação da política pública cultural do Estado se materializa como instrumento de garantia e preservação da manifestação cultural? Buscando identificar suas ações, sua abrangência, e os benefícios

ocorridos com a execução desta política? Com foco na comunidade quilombola Nêgo do Timbó. Para Hall (2005, p. 49):

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura *nacional*. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do Estado-nação, que se tornou, assim uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

É neste contexto de preservação das identidades culturais modernas que surge um questionamento: como salvaguardar essa cultura, essa “identidade”, regional ou Municipal, sem ferir os significados de que fazem parte? De que forma as políticas públicas podem ser colocadas em prática sob a ótica do “teto político” de cada região, e como elas podem ser direcionadas à preservação da cultura.

Cultura pode ser entendida em duas dimensões: a antropológica e a sociológica. Na antropológica ela é produzida através da interação social dos indivíduos, ou seja, ela é tudo o que o ser humano elabora, produz, simbólica e materialmente falando. Na sociológica ela refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, desta forma visibilidade em si própria (BOTELHO, 2001, p. 2). Assim a

cultura vai se formando se desenvolvendo e adquirindo significados, ampliando os horizontes significantes dentro de uma nação construída através do indivíduo, e para ele mesmo.

Cultura assume dimensões amplas quando aponta para toda e qualquer atividade do ser humano, e que abrange uma rede de significados e de linguagens, quer da literatura, pintura, estética ou de qualquer outra manifestação popular. Santos (2003, p. 24) define cultura como sendo:

[...] tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. [...] quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social.

Constatar a variedade de modos de vida é um elemento fundamental nas preocupações com a cultura, e é a partir daí que se começa a tomar conhecimento de falhas e dificuldades existentes, para que se possa promover e valorizar os instrumentos culturais. Buscou-se entender a dificuldade desse termo – cultura - que engloba sentidos abrangentes. É possível, no entanto, compreendê-la a partir da compreensão dos conceitos que remetam à ideia de um processo de cultivo da mente, um processo dinâmico e em crescimento, em desenvolvimento. Assim é possível pensar nela como mola impulsionadora do crescimento de uma consciência coletiva de identidade, enquanto indivíduo,

comunidade ou nação. Muito embora exista um risco de que essa preservação, ou seja, a salvaguarda de identidades culturais seja considerada uma utopia.

Oliveira (2007, p.45-46, grifo nosso) traz em seu texto pensamentos esclarecedores voltados à legitimidade de todo cidadão, que é o: “direito a ter direitos” (reafirmação da cidadania). A autora é clara quando indica que:

[...] a construção de uma utopia social *precisa* ser baseada na garantia dos direitos humanos como princípio moral. O que se constitui um dos principais aspectos da busca por uma transformação política da sociedade contemporânea, além de fundamento de movimentos emancipatórios. **Direito a ter direitos** e a reivindicação de uma inclusão igualitária no espaço dos cidadãos os quais são fundamentos constitutivos de práticas ainda não consagradas por toda a sociedade [...].

Desta forma as novas realidades e a nova sociedade necessitam de suporte tecnológico, mas, paralelamente, também de ações do Estado: de políticas públicas que lhes garantam seus direitos sociais, o direito a cultura como forma de expressão, de identidade, de inclusão e de democracia. Na perspectiva desses direcionamentos espera-se que a FUNDARPE, baseando-se nas políticas do MINC, possa se responsabilizar pelas ações de implantação de políticas públicas, patrimoniais, de preservação da memória e, como tal, busque colocar em prática ações que visem à perfeita

execução das políticas oriundas do Plano Nacional de Cultura (PNC), posto em prática em 2007, através do MINC.

O maior ganho desse comprometimento foi ter trazer a possibilidade de ampliação da área cultural. Em seu texto ele explica a forma como foi gerado, formando assim, o Caderno de Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura (PNC, 2007). A adequação às realidades do Estado de Pernambuco é o que a FUNDARPE vem buscando executar. Torna-se necessário, então, investigar e analisar a maneira como esta política tem sido colocada em prática observando também o Município de Cidade de Garanhuns e seu distrito de Iratama, na Zona rural, relacionando-a com a política cultural da cidade, na qual está inserido o Ponto de Cultura objeto deste estudo de caso.

Nas suas discussões Mesentier (1992) esclarece que a memória social é construída ao longo de muitas gerações e torna possível a compreensão do papel fundamental que o indivíduo assume na construção coletiva da memória de uma determinada nação através do seu patrimônio cultural; no qual as ações das políticas públicas atuam como instrumentos que possibilitam resguardá-la às novas gerações, salvando-as da destruição. O trabalho que vem sendo realizado no Timbó é importante nessa perspectiva de resgate.

Ao se resguardar o patrimônio cultural, legalmente e na prática, conserva-se os referenciais do que fomos e do que somos: a identidade da nação. E é essa herança que

deveremos deixar para as gerações vindouras, e para isso são necessárias ações e políticas que resguardecem todo o arsenal cultural do povo. Nesse contexto, salienta-se a vulnerabilidade existente no hiato de tempo e espaço que foca a memória como indivíduo e como grupo. Compreendemos que a preservação da memória atuará neste ponto como um instrumento de salvaguarda, garantindo sua história e sua tradição, tanto na perspectiva individual quanto na coletiva. Assim, entendemos que: o objetivo principal da preservação da memória é unir o indivíduo à comunidade, com suas tradições, e esta a uma nação, no sentido do coletivo.

A preservação visa à salvaguarda de um determinado bem, patrimônio tangível ou intangível de qualquer perigo ou dano. McGarry (1984, p. 43), diz que:

A permanência e a preservação são essenciais para a continuidade duma cultura e para facultar aos seres humanos o benefício do conhecimento e das capacidades de outros, nós temos que possuir alguma espécie de sistema de armazenagem para transmitir esses benefícios através dos tempos.

Assim, entende-se a preservação como o ato de manter, não apenas os testemunhos das manifestações que possibilitam a uma sociedade reconhecer a sua identidade, como também, suas tradições e origens, valorizando-a e estabelecendo referências para a construção de seu futuro. Para isso são tomadas medidas protecionistas, que se fazem

por meio de atos e procedimentos que o poder público adota com o intuito de preservar, valorizar e revitalizar esses bens.

O universo de análise foi a comunidade quilombola do Nêgo do Timbó, com o intuito de conhecer, analisar e compreender todos os meandros do assunto tão complexo e polêmico, nem sempre visto através de ações elaboradas. Objetivando a democratização da cultura e com isso a promoção do seu crescimento. Não se perde de vista a relevância da diversidade cultural como enfoque principal formador das ações executadas. Assim, tornar-se-á possível a junção dos conceitos e a união desses às políticas públicas tão necessárias.

Transformar a construção da política cultural numa forma explícita de democracia, fazendo com que ela seja uma forma de inclusão social, planejada de maneira aberta, com diferentes cores, formas e pensamentos. Unir a sociedade em torno de propostas que permitam juntar a memória e o patrimônio à construção da cidadania. Entende-se, neste aspecto, que a execução coordenada e planejada desta política, alicerçada em ideais democráticos, poderá colaborar com a construção do cidadão e beneficiando, assim, sua inclusão social; e, dessa forma, ligando-o à sua tradição, enquanto cultura.

Meksenas (2002, p. 124) faz entender a política aliada à cidadania como:

[...] forma de participação política dos trabalhadores na subordinação dos direitos à realização dos seus projetos difusos e de classe, é oportuno lembrar o contexto das Políticas Públicas quando elas denotam objetivos sociais. Ou seja, no momento em que a participação política por direitos é capaz de sobrepor àquelas Políticas Públicas que realizam os interesses do mercado, é possível caracterizar o exercício da cidadania.

Nesta perspectiva é fácil relacionar o pensamento de Meksenas ao desenvolvimento da política cultural do Estado, de fazer com que ela atue, como um instrumento de construção democrático, com objetivo social de, aliado à participação política, caracterizar a cidadania. Ao envolver toda a comunidade buscou-se incorporar as demandas populares na sua elaboração, redimensionando, desta forma, a política pública construída através de consultas e fóruns que envolveram todo o Estado com a intenção de coletar dados e aspirações de todas as comunidades relacionadas a regiões de Pernambuco com o intuito de atender às demandas culturais e sociais de todo grupo.

1.1 Sobre a política pública de cultura

Para a compreensão deste viés foi necessário fazer um estudo aprofundado sobre política pública, direitos, deveres, informação, democracia e manifestações culturais; como instrumento de favorecimento e garantia, aliada à prática de ações que possam garantir seu cumprimento.

Vilaça (1984, p.58, grifo nosso) na abertura das “1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Patrimônio, Lisboa em 1984, atento às manifestações culturais expõe em seu discurso as preocupações já existentes na época, para um perfeito dimensionamento do que vem a ser bem cultural, diversidade e políticas de preservação:

Conceitualmente, hoje em nosso país, como base para a formulação, implantação e aperfeiçoamento de sua **política cultural**, através do Ministério da Educação e Cultura, a questão básica é a de se definir o que deve ser entendido como “bem cultural”.

A questão se coloca em virtude da **diversidade** dos componentes da nação brasileira, acumulados ao longo de sua caminhada histórica, bem como em decorrência das rápidas e complexas transformações por que passa nosso país.

Reivindicamos, portanto, uma conceituação ampla de Cultura, entendida como todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas em sua dinâmica. Assim, privilegiamos não só os bens móveis e imóveis de valor histórico ou artístico, mas também todo um conjunto de comportamento, de fazeres, de formas de percepção, que por estarem embutidos no corpo-a-corpo do cotidiano, geralmente não são considerados na formulação das **políticas de preservação**.

Chauí (2006, p.138), em seu livro sobre a *Cidadania Cultural: o direito à cultura* expõe a ideia da cidadania cultural como a ferramenta de uma realidade democrática proposta para o uso da cultura e do sentimento de cidadania nos indivíduos.

[...] o direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso como a produção de cultura pelos cidadãos.

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela ideia de *cidadania cultural*, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões de mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada, porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

Na FUNDARPE foram realizados fóruns de debates em todo o território Estadual para promover a participação da comunidade na elaboração de uma política pública, que beneficiasse e garantisse as manifestações culturais de toda uma comunidade. Cultura essa que deve ser entendida e preservada, sem intervenções, apenas com ações e políticas que permitam às comunidades admitir cada manifestação, como garantia de pertencimento a uma cultura.

Desta forma as políticas construídas com o Governo e as comunidades trazem possibilidades de edificação de identidade e de preservação das manifestações, desde que haja, efetivamente, a execução dos procedimentos legais que assegurem sua execução. Sua gestão poderá proporcionar sua execução e garantir que as diretrizes propostas irão se

tornar instrumentos exequíveis, o que fica claro na exposição de Botelho (2001, p. 7):

Sabe-se que uma política pública consequente não se confunde com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais; não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo. Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. Ter um planejamento de intervenção num determinado setor significa dar importância a ele, e não, como parecem acreditar alguns, cometer uma ingerência nos conteúdos da produção. Significa, isto sim, o reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área tem no conjunto das necessidades da nação.

Esses pontos de vista devem ser considerados para que seja possível a execução de políticas públicas bem planejadas, cuja finalidade deva ser acompanhar sua construção e aplicação, elaborando ações que possam assegurar sua execução, com diretrizes específicas para antecipar e resolver os problemas reais, com eficácia e eficiência, problemas estes que sabemos existir quando se fala de preservação cultural e de salvaguarda da memória. O planejamento, a construção e a execução de uma política pública para preservação das manifestações culturais deverão ser executados através de providências concretas, num processo de gestão eficiente, para que se possa elaborá-las,

objetivando alcançar, com ações bem projetadas, uma política cultural bem sucedida.

1.2 Justificativa

Empreender um estudo sobre as políticas e ações governamentais visa possibilitar que a preservação da cultura e a construção da cidadania sejam possíveis, sobretudo que o cidadão seja consciente dos seus direitos, possibilitando ainda se investigar o papel que a informação (não só ela, mas todo o fluxo informacional), pode inferir na efetividade das políticas de salvaguarda das manifestações culturais e na constituição da democracia.

Com essa finalidade é que foi moldado o estudo, sobretudo como forma de conhecer, questionar e compreender as questões essenciais que envolvem o fortalecimento de uma identidade cultural. Buscou-se, simultaneamente, analisar a política cultural do Estado identificando pontos negativos e positivos, as aproximações e os distanciamentos do PNC, e do Programa Mais Cultura do MINC, ao qual estão vinculadas as ações e proposições da construção desta política.

Vinculado ao programa desenvolvido pelo MINC, os Programa dos Pontos de Cultura é um dos seus eixos. Sendo o principal deles é permitir que sua inclusão no programa

contribua como ponto de apoio para as unidades de recepção e difusão de bens culturais. Buscando contemplar àqueles que se mantêm à “[...] *margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais*” (IPEA, 2011, p. 174).

Nele reside a intenção de que, entre outros tópicos, haja a transferência de recursos e doação de *kits* de cultura digital, fazendo parte destes equipamentos computacionais e audiovisuais, o que poderia facilitar a produção, instrumentos de viabilização da preservação da memória, que, em muitos locais, mantêm-se na oralidade, como por exemplo, manifestações culturais plurais que são consideradas como patrimônio imaterial.

Esta disponibilização de recursos e instrumentos de preservação tornar-se-ia um dos mecanismos desta política, tal procedimento poderia dar acesso ao conteúdo informacional preservado e gerado por comunidades, inacessíveis física e temporalmente, constituindo-se em fator de divulgação das raízes e tradições destes importantes exemplos de cultura existente no país.

Isto porque num país onde existe uma diversidade cultural, é necessária a aplicação consciente de políticas alicerçadas nos direitos à cidadania; cujas desigualdades sociais ferem o princípio essencial do ser humano - que é de ter acesso à informação, ao conhecimento como forma de crescimento e salvaguarda das comunidades e suas manifestações culturais, com papel importante na modificação

de uma realidade de exclusão. É com esse intuito que será moldado o estudo de caso, sobretudo como forma de conhecer, questionar e compreender as questões essenciais para a preservação de uma comunidade quilombola que, de alguma forma, está ameaçada de esquecimento.

Maia (2003, p. 1, grifo nosso) enfatiza:

Compreendendo a memória social, artística e cultural é que se pode perceber e controlar o processo de evolução a que está inevitavelmente exposto o saber e o saber fazer de um povo. **Preservar o patrimônio nacional é dever do Estado e direito da comunidade**, que pretende ver conservada a memória de fatos e valores culturais da nação brasileira.

Desta forma, se compreende a importância da preservação das manifestações culturais para a preservação da memória e dos valores para, através deste estudo de caso identificar e analisar as ações desenvolvidas no local, apontar para pontos positivos e negativos e, conseqüentemente para o fortalecimento das manifestações populares, a preservação da memória e da história da sua cultura de raiz.

1.3 O universo da pesquisa

O objeto de estudo foi o Ponto de Cultura: Usina de Revitalização Nêgo do Timbó em Garanhuns, beneficiado através do Programa Mais Cultura, proposto pelo MINC em

parceria com os governos Estaduais e Municipais, estimulando ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das comunidades populares em seu território de origem; de que forma contribui para a preservação da memória e de suas manifestações culturais, e seu uso como forma de salvaguarda, dos Pontos de Cultura, de suas realidades locais, e especialmente o papel da FUNDARPE na construção deste Ponto de Cultura estudado.

Tal comunidade está incluída no Programa Mais Cultura do MINC e é contemplada pela FUNDARPE através da instalação de Pontos de Cultura nas suas 12 Regiões de Desenvolvimento (RDs). Regiões estas que dizem respeito a atuação da FUNDARPE, buscando a interiorização das ações culturais, e recebem do Governo Federal recursos através de convênios firmados. Tais ações aliadas às articulações com a Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura (RRNE/MinC) trouxeram como resultado a ampliação do número de comunidades e entidades culturais incluídos neste programa. Estas comunidades receberiam orientação, investimento e acompanhamento técnico para seu desenvolvimento e suas manifestações culturais de preservação.

Nesse grupo já existe um trabalho efetivo que contempla diversas formas de expressões que preservam as tradições culturais e costumes: banda de pífanos, samba de coco, mamulengo, animação, bonecas, cerâmica, capoeira e as histórias de mestres locais como “Seu Porfiro”, “Mestre Fida” e

“Comadre Nalvinha”. A principal forma de preservação encontra-se no uso dessa manifestação cultural, na localidade estudada.

Faz-se necessário acompanhar o desenvolvimento de planos que privilegiem o respeito à preservação da manifestação cultural da comunidade quilombola, analisando as formas da preservação e realizando o estudo, com o intuito de identificar as ações que possam alcançar os objetivos. Buscou-se, também, Identificar como a preservação do patrimônio cultural e a informação podem se transformar em bases para a construção e aplicação de uma política sólida visando a construção de uma diretriz para o desenvolvimento social, preservando sua memória, identidade e diversidade. E isso favoreceu nos mostrar o porquê de toda essa inquietação existente para a consolidação destas políticas elaboradas através de interações com os grupos culturais em todo o Estado de Pernambuco.

Bom exemplo dessa preocupação é, por exemplo, no site da Comissão Pró Índio de São Paulo (CPISP), o registro de um trabalho de luta e regularização dos quilombos, cuja descrição dessa comunidade transcrita, abaixo: (CPISP, 2011):

O quilombo de Nossa Senhora de Nazareth do Timbó está localizado em Iratama, distrito pertencente ao Município de Garanhuns, situado no agreste meridional de Pernambuco. Nesse Município estão localizadas também as comunidades quilombolas Castainho,

Estivas, Estrela, Tigre, entre outros. Segundo os moradores mais antigos, a origem do quilombo está relacionada à chegada a Garanhuns de um escravo fugido da Bahia, o Negro Roque. Nesta cidade, Negro Roque foi trabalhar com o padre do local. Sentindo que seu dono poderia estar em seu encalço, Negro Roque confessou ao religioso que era um cativo fugitivo e pediu ajuda, caso o seu senhor aparecesse por ali. Então, eles combinaram que, se isso ocorresse, o sacerdote compraria a sua alforria.

Em poucos dias, o dono do Negro Roque chegou ao agreste pernambucano. O religioso cumpriu a sua palavra e comprou a liberdade de seu ajudante e de seus três filhos, que viviam escravizados na Bahia. Tornando-se livres, Roque e seus filhos, a conselho do padre, começaram a procurar um lugar desabitado para que pudessem viver e trabalhar. Encontraram a área onde hoje está a comunidade e o sacerdote sugeriu que o terreno fosse regularizado por meio do pagamento anual do dízimo de foro.

Desta forma, entende-se que existe a preocupação das comunidades quilombolas do Brasil de manterem-se vivas e atuantes. Neste caso interessa, também, a existente no Estado de Pernambuco, identificando-se as ações que privilegiem essa salvaguarda e o trabalho existente para suas garantias. Assim, o estudo e a análise dessa comunidade irão ao encontro das aspirações de preservação das manifestações do referido quilombo, como também a compreensão da legislação existente, além dos trabalhos de fortalecimento das políticas públicas de cultura municipais e estaduais, que garantam sua memória e sua identidade cultural.

2 OBJETIVO GERAL

Contribuir, através das análises das entrevistas deste estudo de caso e com a compreensão dos instrumentos da política cultural do Estado de Pernambuco, que se manifesta no município de Garanhuns e, em especial, como atuam na preservação das manifestações culturais.

2.1 Objetivos específicos

- Levantar e analisar a bibliografia existente sobre políticas públicas de cultura, e todo amparo institucional dado pelo Estado de Pernambuco para permitir questionamentos, reflexões e comparações no sentido de enriquecer as discussões sobre tal temática;
- Investigar as ações e relações culturais do Ponto de Cultura “Usina de Revitalização Nêgo do Timbó (Garanhuns)” para descrever fenômenos, que possam estar presentes na convivência profissional e comprometam a prática cultural;
- Acompanhar a política cultural do município de Garanhuns, suas políticas públicas e as ações de preservação do patrimônio imaterial existente em manifestações culturais de raiz, como no caso da comunidade quilombola;
- Facilitar, através da apresentação dos resultados, um estudo que possa levar à compreensão das políticas públicas alicerçadas em princípios de direito à cidadania e

que favorecem o desenvolvimento do cidadão de uma forma geral.

3 METODOLOGIA

A metodologia proposta é do estudo de caso, de abordagem qualitativa, com estudos exploratórios para a identificação dos sujeitos e da realidade existente; construindo um conhecimento científico, o formato da técnica de levantamento de dados foi o das entrevistas semiestruturadas, sobre a explicação do procedimento escolhido, para justificar tais procedimentos, faremos, abaixo, uma breve explanação sobre cada escolha.

Através da pesquisa de campo e de levantamentos bibliográficos, mensurar o objeto de estudo, sua relevância na construção de subsídios para o entendimento das políticas públicas culturais; como também, a identificação dos sujeitos que estão envolvidos nesta expressão cultural; enriquecendo o conhecimento teórico em relação ao tema escolhido. Buscou-se identificar as condições atuais, os estudos, finalidades e objetivos, com o propósito de contribuir com a visibilidade e a preservação da manifestação cultural da Usina de Revitalização “Nêgo do Timbó”.

Ao término do levantamento dessas informações cooperar com os estudos sobre: a concepção e disseminação da informação; sobre o assunto, sendo observando seus fenômenos e identificação das relações existentes, e por meio das análises dos resultados, apresentar estas contribuições como conclusão.

3.1 Sobre a pesquisa qualitativa

A pesquisa de ordem qualitativa, por entender que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Como outras pesquisas qualitativas, esta pesquisa foi pautada na análise e compreensão da realidade local, através da apreciação das entrevistas. A diferença está no fato de que o método qualitativo não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Sobre a abordagem qualitativa Richardson (2008, p. 79-80) explica que fenômenos sociais através de análise qualitativa têm suporte científico de metodologia nesta escolha:

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção de investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. [...]

Em princípio, podemos afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Nesta ótica compreende-se a importância dessa análise com base qualitativa frente à realidade da comunidade, possibilitando a interação, compreensão e classificação dos procedimentos da realidade na comunidade, buscando níveis de aprofundamento nesta análise para entender de forma abrangente todas as particularidades dos indivíduos e da realidade coletiva na qual eles estão inseridos. Desta forma, entende-se que, apesar da conotação autônoma e crítica do trabalho haverá a cautela necessária para se evitar precipitações, observando e analisando criticamente o objeto de estudo, com rigor, para evitar exacerbo no recolhimento de material para análise do universo compartilhado da comunidade. Com criatividade e audácia face à manifestação do diálogo, porém, sem transgredir os fatos apurados.

E, por se tratar, substancialmente, de uma pesquisa que estuda as estruturas sociais existentes neste trabalho, o aporte da pesquisa qualitativa insere-se nesta realidade como uma forma necessária para a compreensão dos resultados encontrados. Assim, ao aproximar o pesquisador da realidade existente a pesquisa qualitativa é instrumento possível de análise da subjetividade existente em toda relação social.

Portanto, a escolha da abordagem qualitativa neste estudo de caso, tornar-se-á uma aliada na análise e interpretação das reflexões sobre as observações de campo coletadas pra um melhor entendimento do universo de pesquisa proposto neste estudo de caso.

3.2 Sobre a pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória é o início de todo trabalho científico. São alvos de uma pesquisa exploratória, dispor de maiores informações sobre um assunto; facilitando a demarcação de um tema; determinação dos objetivos ou estabelecimento das hipóteses de uma pesquisa, ou ainda, desvendar novo aspecto para o trabalho que se tem em mente.

A escolha da pesquisa exploratória, neste estudo de caso, deve-se à compreensão do imperativo da prospecção no local escolhido e, então, processar a coleta de informações, alcançando uma maior familiaridade com o assunto, e utilizá-la como instrumento auxiliar no trabalho em questão, com a finalidade de entender a preservação como função primordial de garantia de acesso às gerações futuras (GIL, 2002).

Então é necessário ir além das manifestações imediatas para captá-las e desvelar o sentido das suas aspirações, atitudes, crenças, valores e os reflexos que o modelo dos relacionamentos produz na comunidade em que são desenvolvidas. A análise e interpretação do material coletado possibilitaram a compreensão da realidade existente na comunidade quilombola Nêgo do Timbó, e o que tem sido feito efetivamente em relação às políticas.

3.3 Sobre o estudo de caso

A preferência do referencial teórico de material escolhido, a forma de coleta dos dados e sua análise são procedimentos que caracterizaram este estudo de caso, é nele que nos apoiaremos para a escolha da estratégia utilizada na pesquisa onde Yin (2003) torna claro, sua indicação para compreender os fenômenos sociais dentro da sua realidade. Discutindo-se questões de pesquisa relativas ao fenômeno pontual em um contexto delimitado.

Através do procedimento técnico de coleta de dados, do levantamento bibliográfico e exploratório dos locais, acompanhamos as ações e identificamos as condições atuais, com o intuito de entender a preservação das manifestações culturais da comunidade quilombola - Usina de Revitalização Nêgo do Timbó, na Cidade de Garanhuns, e em seu distrito de Iratama, na zona rural, na qual está inserido o Ponto de Cultura objeto deste estudo de caso.

Conforme Yin (2003, p. 32), foi idealizado um roteiro de entrevista para coleta de dados, conduzida de forma espontânea e perceptiva, pois, desta forma a entrevista trará a visão da pessoa entrevistada com informalidade e liberdade, sendo conduzida e trabalhada de forma intuitiva por parte do Entrevistador, com a intenção de deixar à vontade as respostas e considerações do Entrevistado.

Yin (2003, p. 26) exemplifica o estudo de caso como sendo:

[...] uma estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes.

[...] o poder diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional.

Laville (1999, p. 157) aponta que o estudo de caso:

É preferencialmente usado para o fim de precisar os conhecimentos adquiridos, esclarecê-los, aprofundá-los, destacar, por exemplo, as particularidades ligadas a uma ou outra das fobias, atualizar a diversidade de suas manifestações em função dos indivíduos. [...]

[...] o objetivo da pesquisa não é ver, mas, sim, compreender. Essa profundidade ligada ao caso particular não exclui, contudo, toda forma de generalização. Isso porque o pesquisador tem habitualmente uma ideia clara e precisa do que pesquisa e sabe escolher casos exemplares para logo considerar não somente os aspectos que lhe convêm em relação as suas expectativas ou opiniões, mas todos os que podem se verificar pertinentes.

Neste tipo de estudo de caso, deve-se estar atento e com habilidade para entender a realidade na qual a comunidade está inserida: seus valores, suas crenças e suas expectativas em face da execução de uma política pública Estadual. Sabendo que a adoção de método de estudo de caso único visa a apontar como ele será revelador, tendo a oportunidade de analisar um fato até então inacessível, demonstrado através da entrevista espontânea dos sujeitos envolvidos e em suas múltiplas fontes de evidência,

contribuindo com a disseminação do conhecimento e da informação sobre o assunto. Com o intuito de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa foram cumpridos, em passos diferenciados, que se completam entre si, sendo processadas as entrevistas estruturadas através do levantamento dos dados para análise..

3.4 Entrevistas: técnica para levantamento de opiniões

A técnica de coleta de informações será norteadada, segundo Laville (1999, p. 188, grifo nosso), em entrevistas semiestruturadas:

Série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento. [...] os entrevistadores permitem-se muitas vezes, explicitar algumas questões no curso da entrevista, reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado. Muitas vezes eles mudam a ordem das perguntas em função das respostas obtidas, a fim de assegurar mais coerência em suas trocas com o interrogado. **Chegam até a acrescentar perguntas para fazer precisar uma resposta ou para fazê-la aprofundar:** Por quê? Como? Você pode dar-me um exemplo? **E outras tantas subperguntas que trarão frequentemente uma porção de informações significativas.**

A construção do roteiro simples, antecipadamente constituído, como forma de focalizar e direcionar o levantamento dos diferentes tópicos abordados caracteriza o procedimento da entrevista semiestruturada Considerando-se

para essa escolha que, para aquele universo pesquisado é a única realidade possível de levantamento de dados, diante das peculiaridades dos Entrevistados. Proporcionando aos Entrevistados a liberdade de expressão de idéias e anseios, com o intuito de se aprofundar o conhecimento dos fenômenos da sua vida diária. Conseguindo assim, coletar informações importantes que dificilmente encontraríamos em fontes documentais. No início da entrevista, os participantes foram informados do seu uso e interesses, bem como da garantia do anonimato.

Sobre a observação, destaca-se a observação sistemática; fazendo a investigação dos fenômenos e dos grupos sociais envolvidos, coletando informações dentro do contexto existente na localidade. Marconi e Lakatos (2008, p, 276) esclarecem como se processa essa técnica, justificando-se a escolha deste tipo de observação:

A opção da observação orientou as visitas de campo, ocasionadas em diversos e diferentes momentos, em busca da integração e interação com os participantes, para efetuar o recolhimento e registro da realidade encontrada na localidade, e, posteriormente utilizá-la na construção de significados da comunidade tida como objeto de estudo.

O material resultante das observações colhidas de forma explanatória mostra os fenômenos sociais individuais e coletivos existentes na comunidade, no ponto cultural contemplado pela FUNDARPE, e suas políticas de

preservação. O objetivo desta pesquisa foi contemplado ao se compreender o objeto de estudo e suas relações.

3.5 Principais Procedimentos

Como primeiro passo e tendo em vista o fato de existir uma abordagem qualitativa analisamos o Ponto de Cultura Usina de Revitalização Nêgo do Timbó (Garanhuns), através desta identificação, considerou-se a documentação levantada, e as ações promovidas pela FUNDARPE, para atingir o objetivo de compreensão a preservação das manifestações culturais, envolvendo procedimentos técnicos de análise. Finalmente, foi efetuado um estudo da documentação e da coleta de dados levantada.

Como segundo passo, foram avaliadas as ações existentes: coletando, e organizando dados que proporcionaram o entendimento sobre a preservação das manifestações culturais e das políticas públicas, em âmbito Municipal e Estadual, analisando a FUNDARPE como responsável pela criação e execução das políticas culturais do Estado.

Como terceiro e último passo, foram processadas as análises das entrevistas e apresentação dos resultados

Desta forma, tornou-se possível a contribuição, de forma positiva, para a compreensão do universo cultural existente, privilegiando sua diversidade e formulando observações

orientadas para a consecução da política cultural do Estado de Pernambuco no que se refere à preservação da manifestação e da memória cultural.

4 INFORMAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

4.1 A informação e a cultura

Para dar embasamento ao que será discutido, iniciaremos contextualizando o que vem a ser “informação” e “cultura”.

A informação assume valores ao longo do tempo. Porém, a conceituação dada por Le Coadic (2004, p. 4, grifo do autor) possui um significado importante:

A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

Diante do exposto, reconhece-se que a informação é identificada como uma forma de transmissão de significados, sendo, portanto, necessária sua cognição e entendimento para que possa favorecer a integração, o entendimento, à absorção e transmissão comunicacional entre os indivíduos.

Desta forma é possível entender a importância que a informação assume diante do aumento exponencial do volume que ocorreu nos últimos tempos. Então o que fazer com toda a informação já existente e com toda informação que vem sendo produzida? Considerar antes de qualquer coisa a sua aplicabilidade.

Para falar em cultura, McGarry (1999, p. 62) indica que é:

[...] uma forma prática de designar o modo de vida dos grupos humanos e todas as atividades que este modo de vida implica. Assim, 'cultura' incluiria crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade.

Ratificando o pensamento de explicitado acima, Arendt (2007, p. 260) indica:

A cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo; o entretenimento relaciona-se com pessoas e é um fenômeno da vida. Um objeto é cultural na medida em que pode durar; sua durabilidade é o contrário mesmo da funcionalidade, que é a qualidade que faz com que ele novamente desapareça do mundo fenomênico ao ser usado e consumido. O grande usuário e consumidor de objetos é a própria vida, a vida do indivíduo e a vida da sociedade como um todo.

Diante do exposto podemos salientar que a caracterização da cultura se dá por suas apreciações especiais e singulares, o que constitui sua esfera de valores. O ser humano sempre será um fragmento separado de sua

história, porém, ele representa o sistema de vida da sua comunidade e constitui o vínculo que o une aos membros desta mesma comunidade. *“Com efeito, a cultura é dimensão de um grupo social, de uma sociedade, por que é antes de tudo dimensão, propriedade do homem enquanto homem”* (MONDIM, 1980, p.178).

A contextualização da cultura depende significativamente da sua interligação com a educação, ambas não vivem sozinhas. A cultura é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade e esta, se não tiver educação, não saberá valorizar a sua cultura. A experiência coletiva só consegue chegar ao seu ápice através da interação entre educação e cultura. É na sociedade que conseguirmos entender o alcance de uma determinada manifestação cultural. É a ela que nos reportamos quando falamos de comunidade, de cultura de raiz. Ela é a representação fiel de um pensamento, ela é a vida, é o povo na sua essência, e dela emanam as características de uma sociedade, de uma nação.

4.2 O uso da informação na preservação de manifestações culturais de uma comunidade

A função social sendo parte inerente da FUNDARPE é colocada em prática contemplando-se as comunidades (Pontos de Cultura) através do Programa Mais Cultura do

Governo Federal e está alicerçada em seus valores que financiam ações do programa.

A busca pela preservação cultural tem como finalidade, propiciar o fortalecimento da cidadania agregando valores, apontados por Bertini (2001 p. 22), que associa essa relação do capital cultural aos seus valores:

[...] o capital cultural proporciona dois tipos de valores. O valor econômico entendido pela sua expressão monetária como um “mero sentimento egoísta”, cujos fundamentos filosóficos vêm dos primeiros escritos de Adam Smith. E o valor cultural, aqui entendido como parte integrante de um complexo “sistema de ideais, costumes, crenças e tradições”.

Neste caso o intuito de preservar a manifestação e a identidade de uma comunidade é resultado da compreensão e da importância que a informação e a cultura assumem, face às políticas em nosso tempo presente.

Pereira (1999, p. 52) coloca com clareza a compreensão das “metamorfoses” e na sua nova regulação – do que vem a ser o social – nos novos tempos:

A diferença, contudo, da questão social da fase industrial, em relação à da fase precedente, reside não só na complexidade dos desafios que colocam em xeque a ordem instituída, mas no surgimento de novos atores e conflitos e, conseqüentemente de um novo *status* assumido pelo social no bojo do sistema econômico e da organização política. Ou seja, reside no surgimento de um novo tipo de regulação social que, não conhecendo precedentes na história rege-se pelo

estatuto do direito do cidadão e do dever do Estado. A partir daí, o vínculo social e o vínculo cívico se confundem e se afirmam como uma marca que irá caracterizar o conteúdo e a expressão das políticas sociais a partir do final do século XIX.

Ao incorporarmos o que a autora explica, entendemos também que a nova visão do social dos atores e dos conflitos foi moldando os pensamentos e diretrizes das políticas sociais necessárias ao desenvolvimento de uma política pública nos moldes atuais. Uma política efetivamente social, que conduza o indivíduo a uma agregação de valores que remetam ao fortalecimento da comunidade, ao bem estar social como um todo.

Corroborando o pensamento de Pereira e esclarecendo o social e as novas tendências de valorização Baquera (2004, p. 169) aprofunda a nossa compreensão do papel da política, incentivando os cidadãos a participarem de decisões que envolvem as suas deliberações:

Neste cenário, as alternativas vislumbradas como opções de resgate do cidadão para um papel mais protagonista na política tem se materializado em estudos que propõem mecanismos de fortalecimento democrático via valorização da sociedade e do cidadão [...].

[...] é imperativo, além do processo eleitoral, associar os cidadãos comuns às decisões públicas. Pressupõe-se, outrossim, que estes tipos de democracia podem melhorar tanto a eficiência (governância e procedimento) quanto a dimensão substantiva (normativa).

Com base nesta percepção do cidadão e das funções inerentes à política é possível compreender de que forma a sua construção no Estado de Pernambuco foi pertinente, ao propor os fóruns regionais, nos quais houve uma participação das comunidades na elaboração de suas diretrizes. Defendemos neste trabalho a visão do social, com a compreensão de que sem esta base, seriam construídas políticas que não considerariam o cidadão como ator na construção de uma política unida à vontade pública, com o objetivo de atender às suas necessidades e aspirações.

É importante a opinião de Ortiz (2006, p.141-142) para a compreensão da relação existente entre a identidade e sua presença em estudos contemporâneos:

O estudo da identidade nos remete a uma distinção entre os movimentos sociais e manifestações culturais. Não resta dúvida de que a cultura encerra sempre uma dimensão de poder que lhe é interna. As manifestações populares podem ser, assim, analisadas em termos de poder [...].
[...] Considero a dimensão do político como imanente à vida social, e com isto quero dizer que as relações de poder penetram no domínio da esfera da cultura. Entretanto, o que é político (isto é relação de poder) nem sempre se atualiza enquanto política, o que implica aceitar que entre os fatos culturais e as manifestações propriamente políticas é necessário definir uma mediação.

São estas relações de poder, inerentes ao social e as suas inter-relações com a cultura, e o complexo entendimento entre o que é política e o que é político, que se torna relevante

discutir. Para Aguiar (1980) uma política denota um planejamento, mas também determinam táticas de ação e de modificação da realidade a fim de se alcançar finalidades pré-determinadas. Entende-se então o esforço das ações governamentais que visam à regulação e elaboração de políticas que possam beneficiar a vida social. Ao se investir em programas, o governo tem em mente um crescimento de longo prazo, no qual existe a certeza de que, cada vez mais, tornam-se necessários conhecimentos científicos que fundamentem os processos de tomadas de decisões dos governos, considerando-o executor destas políticas.

Por sua vez, a manutenção e a conservação da representatividade cultural de uma comunidade são entendidas como amparo, conforme o exposto por Cuche (2002, p. 14): *“A defesa da autonomia cultural é muito ligada à preservação da identidade coletiva. “Cultura” e “identidade” são conceitos que remetem a uma mesma realidade, vista por dois ângulos diferentes”*.

Neste caso da preservação da identidade cultural para Bertini (2001, p. 26) discute este aspecto mais marcante do conceito de uma nação: *“[...] a valorização da riqueza revelada pelas atividades artístico culturais do seu povo”*. Assim, fica evidenciada as qualidades intrínsecas que a comunidade dá às suas manifestações culturais, para preservar sua cultura e sua identidade. Neste processo a informação social está presente para garantir essas atividades práticas e educacionais que o processo exige.

O papel da informação é relevante na função social, pois apóia tanto a busca quanto a intenção de mudar; de ir ao encontro de novos conhecimentos, ou novas realidades para garantir através da informação alteração do processo cognitivo local. Face ao exposto defende Cuche (2002, p. 21): *“A cultura para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo da sua história”*. São estes saberes acumulados ao longo das gerações que caracterizam e fundamentam a importância da preservação de uma expressão cultural.

Corroborando com o exposto acima, Azevedo Netto (2007, p. 6, grifo nosso), vem acrescentar significado a cultura e a identidade, relacionando a informação dentro do contexto de espaço físico-temporal de uma manifestação cultural:

[...] a informação [...] considerada é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há, não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a **dimensão espacial é extremamente dinâmica**, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de **identidade**, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada.

Desta forma a visão de uma cultura, de suas crenças e habilidades faz parte da construção de significados aceitos, pois existe a incorporação de sentidos mediante vivências e

papéis que fazem parte de sua construção. Consequentemente a identidade social de uma comunidade é aquela construída em face de um arsenal de significações. E o “bem simbólico” compõe as manifestações culturais trazendo significados aos sujeitos e às comunidades em questão.

O sistema cultural mundial também compõe a realidade local, pois dá sentido à trajetória de identidades, cuja memória atuará e dará sentido a comunidade. Nesse caso, a memória construída, as manifestações culturais também o serão, e nesse processo de construção tem-se a informação fortalecendo a exterioridade e o suporte material, constituindo-se de base importante para atores sociais. Através de sua trajetória e das realidades materiais, o sujeito irá aglutinar novas informações, aumentar a sua cognição e constituir novas identidades a partir da memória social existente na realidade local.

Desta forma entende-se que a determinações de significados irá depender da sua construção, da cognição e da interpretação, que foram aliados à memória social da comunidade, corroborando o que foi exposto acima, Oliveira (2007, p. 68, grifo nosso) indica:

[...] o lugar de entendimento de cada sujeito vai determinar o significado. Ou seja, o significado não depende somente de quem transmite a informação; aqueles que a recebem vão interpretá-la de acordo com sua experiência e seu conhecimento.

Fica evidente que a compreensão da informação por parte dos sujeitos estará, naturalmente, acrescida do seu conhecimento explícito, aquele que o indivíduo adquire no transcorrer da sua vida, e suas práticas para realizar atividades específicas. Assim, agrega valor à cultura da comunidade, e traz conhecimento e educação.

Para atingir a valoração cultural da localidade fazem-se necessárias estratégias que garantam os avanços, não somente voltados à informação em si, como também, na adoção de instrumentos que propiciem melhorias nestes campos identificando-se as necessidades que colaborem a na construção de melhorias para suas realidades possíveis.

Diante da ideia do incentivo à educação como forma segura de transmissão de valores e como forma de garantir suas manifestações culturais, há de se entender, também que o social é construído por uma sociedade composta por uma diversidade de grupos sociais e estes, por sua vez, irão precisar do respaldo ideológico, que garanta a percepção de que o mundo social é formado por uma realidade múltipla. Por sua vez, esta multiplicidade necessitará do conhecimento para compreendê-lo e ordená-lo.

Sobre o assunto, Marteleto (1986, p. 52) expõe com propriedade a importância que a informação, a educação e a busca pelo conhecimento são relevantes para o contexto cultural: *“O fluxo da informação, a maneira como ela é organizada e distribuída depende, pois, direta ou indiretamente do papel da educação na sociedade”*.

4.3 Identidade e Cidadania: presença na preservação das manifestações culturais

Jardim (1998, p. 41, grifo do autor) ao falar da cidadania e seus mecanismos, deixa claro:

A moderna noção de **cidadania** encontra-se historicamente relacionada às lutas contra as desigualdades. Ao longo do processo de estruturação do Estado moderno, isso se expressa, por exemplo, na ampliação de dispositivos formais destinados a garantir o princípio das relações universais legais. [...] A cidadania funcionaria, inclusive, como instrumento de redução da tensão política e da violência inerentes a um sistema social promotor de desigualdades.

A FUNDARPE, como órgão de cultura do Estado de Pernambuco associado ao MINC e ao Programa Mais Cultura, primeiro pela identidade e segundo pelos recursos advindos através de convênios firmados, leva em consideração a cultura como um eixo estratégico para a construção da identidade do país e como sendo uma das ferramentas mais eficazes na promoção da cidadania.

Neste caso às políticas culturais plurais desenvolvidas pela FUNDARPE permite que se constate a valorização da diversidade e das experiências culturais de uma sociedade, fortalecendo-se a cidadania de grupos menos favorecidos. Fica evidente que uma política pública do Estado estaria condicionada às instituições que as elaboram e para compreendê-las buscamos em Williams (2008, p. 55) uma explicação deste contexto:

Em algumas sociedades capitalistas, e na maioria das sociedades pós-capitalistas, as instituições culturais tornaram-se departamentos de Estado, particularmente nos modernos meios de comunicação de massa. [...] Por outro lado, as condições variam desde aquelas em que instituições culturais e seus produtores são totalmente subordinados à política estatal geral – condição esta que muitas vezes se torna ainda mais dura pelo monopólio total ou pela tentativa de monopólio de todos os meios de produção cultural – até situações mais nuançadas, em que, embora se exerça a orientação política geral, na prática as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no patronato moderno e nos organismos intermediários, que também, é claro, possuem, de modos variados, orientações políticas gerais de conformidade com a ordem social nas quais atuam.

Assim sendo, entendemos que a instituição de uma política cultural unida ao aparato governamental deve voltar-se à visão do social em que ela está inserida, em sua comunidade. A FUNDARPE como gestora cultural do sistema Estadual elabora diretrizes e a utiliza com o propósito de “preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz”; preservando e resgatando as manifestações culturais através de uma política de ação democrática, livrando-a do mecenato, de ações eventuais, pontuais e episódicas (cultura de eventos).

O pensamento de preservação de identidades culturais locais encontra embasamento nas palavras de Miranda (2007, p.9):

A cultura não se limita à preservação das identidades e tradições, mas relaciona-se com o modo de integração

social e de superação de desigualdades, de autonomia dos indivíduos e das coletividades, no âmbito dos costumes, tradições, ideias e valores, modo de vida, de subsistência e existência.

A cultura continuamente construída, transformada e cultivada, deve considerar o imaginário, a criação estética e a reflexão como bens essenciais à sua formação. Ao mesmo tempo, a memória também se constitui pela interação de aspectos sociais e afetivos.

Reiterando o pensamento sobre a identidade cultural, ela estabelece um sentido entre o pessoal e o público, Hall (1998, p. 10) e esclarece:

A identidade [...] costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

O que vai ao encontro da opinião de Elias (1998), que ilustra as diferenças do social e do seu status que vão estruturando a personalidade de todos os homens em todas as diferentes sociedades. Sua identificação e de seus antepassados são instrumentos do tempo social marcados de forma indelével em seu histórico de vida, tornando-se um patrimônio genético. E é nessa genética que vem se forjando a multiplicidade dos conhecimentos de uma comunidade, que emana originalmente de cada indivíduo de sua língua, de sua estrutura social.

Caberiam ao se pensar em tempo e em evolução cultural assumir, os limites da compreensão de que o “físico” está associado ao propósito de “tempo” de uma forma geral, e

o “social” incorpora as características de “tempo da natureza” – natural ou social; subjetivo ou objetivo, pois é uma coisa e outra. Diante dessas perspectivas e com a observação e reflexão descobre-se então a pluralidade de indivíduos interdependentes, proporcionando relativa autonomia. Por se acharem independentes suas realidades sociais independem dos seres humanos de uma forma geral, continua o autor. (ELIAS, 1998).

Freire (2006, p. 59) aborda a perspectiva da identidade:

Podemos dizer que é nesse sentido que as culturas nacionais atuam como fontes principais de identidade cultural, pois a cultura nacional contribui para “unir” as diferenças numa única identidade. Assim embora as formas de identidade cultural não estejam impressas em nossos genes, pensamos nelas como se fizessem parte da nossa natureza essencial.

Nessa concepção é fácil perceber a importância da preservação de manifestações culturais e a preservação da memória de uma comunidade. É ela que irá garantir a manutenção de suas expressões.

Apesar de nos encontrarmos diante dos espaços de globalização⁴ é nesse espaço que surge, senão a ruptura de conceitos pré-estabelecidos, como também a ruptura da

⁴ García Canclini no seu livro: A globalização imaginada (2003, p. 9) aponta que: ela é exercida através de arcabouços institucionais, de mercados de bens materiais e simbólicos, tornando-se difícil sua identificação e controle, o que em outras épocas operavam dentro de um panorama nacional.

unidade, da cultura e da identidade, mantendo-a só como reflexo lugar/espço físico temporal que desta forma já é uma não-globalização, é a quebra da unidade. É a valorização da distância. A reunificação dar-se-á mediante a regionalização, dando margem a criação ou recriação de diferenças sociais. São fragmentos, peças de uma intrincada construção de ideias e pensamentos que se unem e se chocam atrás de um tempo social, de um tempo real, repleto de representações, de apropriações, e de uma construção de uma cultura plena, repleta de significados, como defende com propriedade, SANTOS (1996).

A participação da comunidade, e sua relação com o poder estatal, trouxeram uma contribuição significativa à geração das políticas públicas culturais, pois nela são refletidas as necessidades e os anseios da sociedade, referentes a um direito fundado nas experiências democráticas. Com esta ótica Fenelon (1992, p. 31) torna compreensível a cidadania cultural:

Assim, o princípio da cidadania cultural – diretriz básica da política cultural desta gestão – se desdobra em diversas práticas que possibilitam garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade. [...] Envolve também a democratização da produção cultural, seja do ponto de vista de guarnecer os trabalhadores e a população da cidade de instrumentos capazes de possibilitar sua produção cultural autônoma, tanto quanto a sua formação e informação culturais [...]. Pensada como uma diretriz geral, a

cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e registro da memória.

Assim, diante da necessidade de construção de uma política pública que atenda essas configurações, surgiu um modelo novo de política cultural, a partir de 2003, com direito à cultura, privilegiando as diferenças. Uma política que integre a sociedade objetivando a preservação e salvaguarda de uma cultura, que por não ser algo produzida pelo homem de forma dissociada, é construída por meio de seus valores e símbolos, podendo-se inferir que essas manifestações existem através da associação e manutenção de suas origens e tradições.

Entre outras diretrizes, tais como: gestão democrática; regionalização; potencialização das fontes de financiamento; impulsionamento da economia da cultura; interação da formação cultural; a FUNDARPE apoia as medidas tomadas no que se refere à caracterização do Estado como polo cultural por excelência, onde a cultura também se une à memória de uma cidade. Desta forma, os esforços se unem como meio de resgate da dívida de uma parte da sociedade. Que tem acesso à cultura e à educação, com a outra parte, aquela que permanece excluída de qualquer acesso que possibilite a sua promoção social, a partir do momento em que ocorre a popularização e a disseminação da nossa cultura para toda a sociedade pernambucana.

. Nesta perspectiva da formação cultural, que venha a beneficiar a cultura pernambucana, nos defrontamos com realizações utópicas de desenvolvimento da educação e da

cultura como um todo integrado e harmônico. Com uma meta de levar ao conhecimento das diversas camadas da sociedade as infinitas possibilidades do universo cultural de Pernambuco – seu multiculturalismo – diante de um déficit existente na sociedade, ou seja, carência de recursos materiais e culturais que ampliem seus horizontes, desenvolvendo seu intelecto e habilidades.

Em seu livro: *A história Cultural*, Chartier (2002) indica como objetivo novas realidades sociais, representações do mundo social permeado pelo interesse dos que a moldam. Pensar nos relacionamentos entre cultura e história e na forma em que são utilizados nos conduz a um novo pensamento de cultura, história e sociedade como um todo relacionado e atuante, que constrói caminhos paralelos, porém congruentes dependendo de quem os utiliza. Discurso construído e desconstruído implica o repensar de tais conceitos em busca de um novo olhar, de um novo caminho que nos aponte a apropriação do poder reformulado e com nova roupagem, nova abordagem ligada a práticas diferenciadas.

Assim as implicações na sociedade diante destas realidades é algo em que poderíamos levar adiante como forma de um estudo, voltado à comunidade e à sociedade na qual está inserida. Destarte é possível entender a necessidade de políticas, não só de informação, como também de políticas públicas, que garantam o acesso e uso de todo aparelho ou equipamento cultural como dispositivo capaz de proporcionar mecanismos que proporcionem

acréscimo de conhecimento como fator de crescimento social ao indivíduo que busca o conhecimento como passaporte para a melhoria de sua condição de vida.

Para se falar de memórias Halbwachs (2004, p 74) defende a relevância de se destacar o ponto de intersecção entre as manifestações culturais e a memória coletiva no contexto histórico:

Haveria, portanto, motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra memória social. [...]

Se o ambiente social passado subsistisse para nós somente em tais representações históricas e, se, de modo geral, contivesse apenas datas associadas a acontecimentos definidos em termos gerais ou recordações abstratas de acontecimentos a memória coletiva permaneceria muito exterior a nós. [...]

Nesta perspectiva se preserva e se incentiva a salvaguarda da memória coletiva de uma comunidade. Através das manifestações populares é possível o resgate cultural, através da proteção às memórias e à cultura.

4.4 Algumas reflexões sobre as “faces” das políticas

4.4.1 Políticas públicas

Para se definir e conceituar melhor políticas públicas é necessário acompanhar o sentido mais amplo e complexo que nele está inserido, para se entender o que significa cada aspecto; pois implícito se encontra o papel que é inerente ao governo, quer da Nação, Estado ou Município de elaborar políticas de desenvolvimento em amplos setores, para beneficiar cada segmento do país.

Políticas públicas representam as decisões do governo em diversas áreas que influenciam a vida de uma comunidade; são os fatos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência dessas repercutem em toda a comunidade.

Como política pública se entende aquelas implementadas sob a responsabilidade do Estado, onde este atua mediante tomadas de decisões envolvendo diversos órgãos e diferentes agentes da sociedade, que têm ligação com uma determinada política a ser colocada em prática; não ficando, desta forma, restrita a conceitos fechados de políticas estatais, e sim, de uma política construída com a participação da comunidade e gerada para benefício desta mesma representatividade e suas relações.

Fica evidente, então, que a política assume características diante de diferentes visões aplicadas à sua construção. Quer seja ela: social, cultural ou de informação, sua abrangência irá indicar sua estrutura, sua aplicação, sua adequação à realidade na qual está inserida.

Para Aguiar (2000, p. 156): “[...] *uma política se inicia com [...] princípios de transformação [...] em diretrizes de ação. [...] são operadores de mudança, em resultados [...] a serem obtidos dentro de um prazo determinado, com os recursos com que se poderá contar*”. É possível alcançar o entendimento das ações colocadas em prática pelo aparato governamental, que tem em vista, à regularização e a construção de políticas que possam favorecer o fortalecimento da sociedade. Ao se investir em programas o governo tem em mente um desenvolvimento de longo prazo no qual existe a certeza de que, cada vez mais, tornam-se necessários conhecimentos científicos que fundamentem os processos de tomadas de decisões dos governos.

4.4.2 Políticas de cultura

Williams (2000, p.10) ao discutir cultura indica: “*Tanto o problema quanto o interesse da sociologia da cultura podem ser percebidos de imediato na dificuldade do termo que obviamente define ‘cultura’*. Portanto, pensar em cultura é pensar também no patrimônio coletivo de uma comunidade, em diversidade cultural e é também, resguardar essa cultura

como forma de expressões culturais de um grupo, o que garantirá sua cidadania. Nesta perspectiva, então, cultura é um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo, um Caminho para o desenvolvimento econômico, sendo fator gerador de inclusão social.

No Brasil a preocupação com a cultura em suas variadas formas é constante. Para tanto, foi criado o PNC, colocado em prática em 2007, através do Ministério da Cultura. O maior ganho deste comprometimento foi ter sido ampliada a visibilidade da área cultural. Em seu texto, o PNC explica e explicita a forma como foi gerado, dando origem ao Caderno de Diretrizes Gerais, elaboradas como um instrumento para ser seguido com a finalidade de atingir seu desenvolvimento (PNC, 2007, p. 27):

O Plano Nacional de Cultura engloba as linguagens artísticas consolidadas e as múltiplas identidades e expressões culturais até então desconsideradas pela ação pública. A ampliação desse campo pressupõe a extensão do papel e da responsabilidade do Estado.

Mas, para que a gestão pública ultrapasse o alcance tradicional e restritivo das belas-artes e dos produtos da indústria cultural, são exigidas diretrizes que garantam o pluralismo, uma maior igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade. Essa é a perspectiva conceitual que permeia todo o PNC, em sintonia com valores e referências conceituais de âmbito internacional e desafios identificados em diagnósticos sobre as atuais condições da produção e fruição cultural nos Municípios brasileiros.

Influenciando e sendo influenciado pelas Conferências de Cultura, o PNC deverá ser sempre atualizado em um processo vivo e, certamente, desafiador. Os movimentos culturais contarão com o Plano para

qualificar suas ações e, sobretudo, como referência para fazer avançar novas conquistas no campo da política cultural. Considerando as rápidas transformações do mundo atual, o PNC deve ser visto como uma importante etapa de um processo inacabado. Mesmo porque, tratando-se da dinâmica cultural, não se pode pensar em soluções pretensamente definitivas.

Dessa maneira, o governo se prepara para atuar de forma dinâmica instituindo ações de curto, médio e longo prazo na construção de Políticas Públicas, que beneficiem e promovam instrumentos, possibilitando o crescimento e o fortalecimento de um pensamento no qual se privilegie a cultura como forma democrática e prioritária de construção de cidadania, de conhecimento, de saber e de preservação dessa memória e dessa cultura para futuras gerações.

Com a aprovação da Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010⁵ o governo tem a legitimação do que foi proposto em 2007, através do PNC, o que garantirá sua aplicabilidade como instrumento do fortalecimento desta política de cultura. São ao todo, dezesseis princípios constantes nesta Lei. E nela são contempladas as diversas possibilidades da cultura, dando atribuições ao poder público, regulando o financiamento, o sistema de monitoração e avaliação, entre outras coisas. Com a regulamentação da Lei acima, espera-se

⁵ BRASIL. Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivi_03/.../ç12343.htm>. Acesso em: 27 fev. 2011.

atingir o sucesso na execução destas políticas ao ser colocada em prática.

5 PATRIMÔNIO: MATERIAL E IMATERIAL

A Constituição brasileira é clara ao dizer que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Com objetividade ela diz que o patrimônio é constituído de bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, tais como: as formas de expressão; as obras, objetos, documentos, edificações; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Maia (2003, p. 1, grifo nosso) enfatiza:

Compreendendo a memória social, artística e cultural é que se pode perceber e controlar o processo de evolução a que está inevitavelmente exposto o saber e o saber fazer de um povo. **Preservar o patrimônio nacional é dever do Estado e direito da comunidade**, que pretende ver conservada a memória de fatos e valores culturais da nação brasileira.

Assim, confirma-se a necessidade de uma preservação efetiva, para a manutenção dos testemunhos das manifestações culturais que possibilitem a uma sociedade reconhecer a sua identidade, valorizando-a e estabelecendo referências para a construção de seu futuro. Para isso são

tomadas medidas protecionistas, algo que se faz por meio de atos e procedimentos que o Poder Público adota com o intuito de preservar, valorizar e revitalizar esses bens.

Existe uma mudança contínua no conceito do que é patrimônio cultural. A própria Constituição Federal em vigor adota uma visão mais abrangente reconhecendo o patrimônio cultural como a memória e o modo de vida da sociedade, elencando assim, tanto elementos materiais como imateriais. A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 216, o que é o patrimônio cultural brasileiro: “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988)*”.

A amplitude dada pela Constituição, em seu artigo 216 citado acima, poderá favorecer todos os procedimentos para caracterização do patrimônio de bens imateriais, já que com esta ampliação foi possível a visão dos diversos tipos de patrimônios que fazem parte da cultura de um povo. Tais instrumentos de preservação poderão garantir a salvaguarda da memória de uma cultura, de uma manifestação cultural.

Desta forma, o entendimento de patrimônio e memória está inserido na “noção de memória”, a esta se liga também toda compreensão do universo e de suas representações, quer individuais, quer coletivas. E é com base na interpretação deste conceito de memória que poderemos

estabelecer vínculos, critérios e valores para que haja a garantia e o repasse de toda informação que envolve o sentido de memória, de identidade e de patrimônio. (AZEVEDO NETTO, 2008). Assim, reconhecer e interpretar tais conceitos nos permitirá alcançar o significado destes valores e, com isto, empreendermos esforços para sua garantia. São estas interpretações que precisamos construir (e desconstruir), para alcançarmos o objetivo de preservação de todo patrimônio cultural pela dimensão simbólica.

Halbwachs (2004, p. 72) aponta para o caminho de reconhecimento de significados da palavra “patrimônio” e nos constrói uma possível interpretação deste conceito, ao apontar para:

[...] a definição de patrimônio reconhecida como memória, onde o resgate do passado e a preservação das tradições são responsabilidades dos indivíduos enquanto memórias pessoais, e a manutenção desses conhecimentos através da tradição formam as memórias sociais, que estão voltadas para a construção e reconstrução das representações culturais, através das expressões de concretude do patrimônio cultural.

Concordamos e aceitamos o que é exposto acima, onde o trabalho de reconhecimento e resgate do passado poderá nos encaminhar a compreensão do universo existente dentro das memórias sociais existentes nas manifestações culturais que buscamos preservar.

Martins (2010, p. 83-84), corrobora o pensamento e transmite com pertinência o que acreditamos ser a interpretação e a representação de conceitos, onde todo e qualquer patrimônio está fundamentado no seu aspecto simbólico e nos leva a construção de paradigmas aceitáveis destas salvaguardas de suas origens:

A representação cultural não é uma transmissão engessada de costumes, mas uma progressão das tradições, adequando-se às necessidades e contextos onde os sujeitos encontram-se inseridos. Essas representações culturais passam por novas interpretações, não retendo apenas o esquema cronológico e espacial, mas juntando-se aos avanços sociais e proporcionando lentas evoluções coletivas.

Por acreditar no que foi exposto acima por Halbwachs (2004) e Martins (2010), percebe-se que o universo do patrimônio, material ou imaterial, está perpassado por significações, que deverão ser agregadas na construção de conceitos que nos permitam apontar caminhos para o entendimento do que, efetivamente, deverá ser preservado para as gerações futuras. Com a compreensão de que a representação cultural não deverá ser engessada poderemos compreender os universos existentes dentro das suas origens e tradições, e com isso entendermos e contextualizarmos o que vem a ser: patrimônio material ou imaterial.

Funari e Pelegrini (2006, p. 55) reconhecem o muito que já tem sido feito no tocante ao patrimônio imaterial, e alerta para uma realidade a qual é preciso reconhecer e garantir:

Há muito por fazer, mas poderemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. [...] Este esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em, nosso país.

Para que tenhamos a compreensão do muito que ainda se há de fazer, não poderemos esquecer que tais patrimônios fazem parte da cultura e identidade de uma nação, portanto de uma coletividade, e para alcançarmos este objetivo, deveremos criar: políticas, mecanismos, instrumentos e garantias para sua guarda. Por fim, teremos então a consolidação do patrimônio como um insumo indispensável à memória, à cultura e à identidade.

Fragoso (2010, p. 7) quando vincula memória a diversos conceitos que acabam se interligando com a finalidade de buscar o entendimento da importância desta na realidade que damos ênfase aqui:

A memória está vinculada a vários outros conceitos, principalmente à história, por apresentar uma relação de interdependência e aproximação de suas funções; à cultura como insumo da memória; à identidade como uma das finalidades da memória; ao patrimônio como preservação da memória; e à informação como princípio e continuação da memória.

Assim a interdependência existente entre estes conceitos nos traz instrumentos para acreditar que, ao se buscar a preservação da memória, estaremos preservando, também, todos os elementos de vinculação da autora acima citada. E acreditando que nessa conexão irão repousar todos os esforços de manutenção de uma memória, de um patrimônio, é que vamos construindo sua preservação em um patrimônio vivo de uma cultura, de uma manifestação cultural, que se insere nas vivências e realidades de suas origens e tradições. Portanto, são “[...] *representações da vivência popular, o Patrimônio Imaterial carrega uma grande carga simbólica* (MARTINS, 2010, p. 87).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009) indica o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), na definição:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.

Portanto, reconhece-se, hoje, que o patrimônio cultural brasileiro engloba, além dos objetos históricos e artísticos, “[...] *outras formas de expressão cultural que constituem **patrimônio vivo** da sociedade brasileira*” (HORTA, 1999, p. 7, grifo da autora); e nestes estão contidas todas as manifestações culturais que fazem parte da “[...] *cultura viva e presente de uma comunidade*” (HORTA, 1999, p. 7) e deste

patrimônio. Para que haja a compreensão da importância da preservação da memória é preciso entender, também, todo o contexto em que estão inseridas quaisquer manifestações culturais, pois elas fazem parte da história e cultura de uma nação. Elas farão parte, também, da identidade e cidadania dos diferentes grupos que constituem a comunidade.

Maia (2003, p. 39-40, grifo nosso) explica:

Não se entenda por preservação apenas o ato do tombamento. **Preservar é conservar a memória**, portanto conceito genérico que dá ao Poder Público o direito de, conforme a legislação, exercer todas as atividades administrativas indispensáveis ao fomento de ações de preservação, sem ferir direitos individuais.

Diante das definições ressaltadas acima, e nesta perspectiva, foi possível destacar os princípios básicos da preservação, como instrumento de continuidade de uma cultura, de um pensamento, de uma nação, de uma identidade, que permita, enfim, a transmissão de toda essa gama de acontecimentos de uma comunidade do passado para as gerações futuras.

São sinais de pertencimento que estão internalizados em toda a sociedade e que garantem sua estabilidade como instrumento de cidadania. Essa necessidade identitária é algo que precisa de uma aparelhagem a qual possibilite sua transmissão à sociedade, e que possa gerar sua legitimação e sua continuidade (PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2000). Compreendendo-se que todo patrimônio

material está integrado ao imaterial, em especial no tocante à preservação. Por isso é necessário a criação de mecanismos para poder resguardar esse patrimônio, e para alcançar tal objetivo salienta-se a preservação da memória, propriamente dita.

6 FUNDARPE: HISTÓRIA E MISSÃO

Em 17 de julho de 1973 foi instituída a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), tendo seus estatutos aprovados no dia 13 de julho.

Em 1975, a Lei nº 6.873, de 22 de abril vem autorizar alterações em sua estrutura administrativa, atrelando-a ao Governo do Estado, quando, passa a integrar a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. A partir de então, a fundação passa a fazer prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

Em 1979 após a vinculação à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, foi considerada, então, como pessoa jurídica de direito privado. Tendo em seus objetivos o interesse maior de propiciar a subsistência e agilidade em ações para preservação do patrimônio; e permitindo, ainda, o recebimento de doações, tendo em vista que, pelo fato legal de ser fundação, poderia receber incentivos externos. Isto deu a ela características de secretaria de Estado, mas com a versatilidade de uma fundação, de direito privado (MENEZES, 2008).

Houve um conflito com os juristas por estes defenderem que a fundação deveria ser de *direito público*, tendo em vista a natureza das suas atividades serem de interesse coletivo. Sanado todo e qualquer motivo de confronto, tal impasse foi resolvido já na escritura de

instituição, onde no artigo 1º é explicitado (LÓSSIO, 1987, p. 44):

É criada na cidade do Recife, para incentivo à cultura e preservação dos monumentos históricos e artísticos a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, com duração ilimitada, sem fins lucrativos, por iniciativa do Banco do Estado de Pernambuco.

Nasceu da preocupação, e com a finalidade prevista de subsidiar ações e intervenções em imóveis que faziam parte da memória de Pernambuco, buscando, desta forma, a materialização de procedimentos de recuperação dos referidos imóveis. Sendo a realizadora dos empreendimentos aprovados, e com a finalidade de incentivar a cultura e à preservação de monumentos históricos e artísticos.

Seus primeiros projetos foram: A restauração da Sé de Olinda; do Palácio dos Bispos, (em Olinda); da Igreja de Nossa Senhora das Graças (também em Olinda) e da Casa de Detenção do Recife. Tais restaurações fazem parte dos primeiros trabalhos de intervenção, “[...] *proteção e restauração de bens materiais, e incentivo à cultura pernambucana*” (MENEZES, 2008, p. 82), razão esta que foi o marco da criação da FUNDARPE.

Seus estatutos, Lei maior da instituição, ao serem redigidos propiciaram: [...] *marcos determinantes na*

organização daquele presente com projeção muito boa para a futura política cultural pernambucana (MENEZES, 2008, p.39).

Na década de 80, o Governo de Pernambuco assumiu o exercício das ações da FUNDARPE, deixando características fortes referentes às posturas de cada governo no que tange à cultura, dando ênfase às ações culturais e tornando viável a concretização de centros culturais. Houve um incremento nas finanças para alocação de recursos aos eventos culturais, revelando desta forma um dos pilares de sustentação da instituição. Havendo investimentos em diversos ramos, salienta-se: teatro, música, folclore e artes plásticas, “[...] tendo realizado o cadastramento dos motos de arte e dos artistas de Pernambuco” (MENEZES, 2008, p.109). E, mediante ações de valorização e preservação dos modos culturais existentes em Pernambuco existe hoje, em seu “[...] Centro de Documentação um acervo importante de documentos, projetos e iconografia dos bens culturais do Estado” (MENEZES, 2008, p.109).

Na década de 90, foram instituídos e aprovados novos Estatutos que imprimiam uma nova estrutura administrativa. Então, a FUNDARPE fazia parte da recém criada Secretaria de Cultura. E foi neste período que deu-se a continuidade do Programa de Incentivo à Cultura, com base na renúncia fiscal. Com isso houve um incremento na produção cultural do Estado, devido aos incentivos da iniciativa privada. Foi instituído também o Fundo de Cultura de Pernambuco, funcionando através de captação de recursos e fazendo,

através do seu Conselho, a distribuição destes diretamente ao produtor cultural (MENEZES, 2008).

A partir de 2000, novas mudanças farão parte do cenário da fundação. E, em 2003, a FUNDARPE novamente passa por mudanças em sua estrutura, voltando a estar ligada à Secretaria de Educação e Cultura.

Em 2005 começam as articulações para o Sistema Nacional de Cultura. Sistema este que fará parte de todas as esferas de governo, quer sejam federais, estaduais ou municipais, unindo-as em prol de um bem comum, no que se refere à cultura e à posterior criação das políticas públicas de cultura.

Hoje, a FUNDARPE está ligada à Secretaria de Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, que em sua página na internet identifica em suas atribuições (PERNAMBUCO, 2011, grifo nosso):

Promover e executar a política cultural do Estado; promover ações para mobilizar o apoio técnico necessário à produção cultural do Estado; **fomentar e promover a arte brasileira fundamentada nas raízes da nossa cultura; e executar a política de preservação e conservação da memória do patrimônio histórico**, arqueológico, paisagístico, artístico, documental e cultural do Estado.

Por sua vez, a FUNDARPE em seu site vem corroborar as diretrizes e ações elencadas pelo Governo do Estado de Pernambuco em sua Secretaria de Cultura. Onde

indica sua missão e seus objetivos, enquanto instituição (PERNAMBUCO, 2011, grifo nosso):

A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco é o órgão executor da Política Cultural do Estado, em todas as suas dimensões e expressões, que está sendo desenvolvida em bases democráticas. A FUNDARPE tem **como objetivo principal a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco** de forma estruturadora e sistêmica, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado.

Após caracterização da história da FUNDARPE, temos a visão do que ela se propõe e entendemos que, de lá para cá, outras modificações foram feitas, não em sua missão, mas com a finalidade de adequá-la às leis, estatutos e regimentos que permitissem seu funcionamento; mas, sempre houve uma preocupação, desde a sua instituição, com a cultura, com os bens coletivos, com o patrimônio e com a execução de políticas públicas de cultura.

Com ações que valorizassem a cultura pernambucana, a FUNDARPE passou, então, à promoção de eventos culturais. Trabalho este que permanece fazendo parte da realidade da fundação, com aportes significativos do Governo Federal, onde são incentivados projetos culturais de divulgação e valorização das manifestações culturais e de patrimônios materiais e imateriais. Ligada a ela está o Programa Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), instituído através de Lei Nº 13.407, de 14 de

março de 2008, que regulamenta o incentivo e estímulo à cultura pernambucana, e que apoia as manifestações culturais (FUNCULTURA, 2011).

7 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO NÊGO DO TIMBÓ: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRESERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS – UMA INVESTIGAÇÃO

7.1 A comunidade quilombola Nêgo do Timbó

Associação Comunitária Rural dos Remanescentes do Quilombo Nêgo do Timbó, se encontra distante 36 km de Garanhuns-PE (no distrito de Iratama). O nome Timbó deve-se a um cipó existente nas matas da redondeza, que era trabalhado na feitura de balaies para transportar as colheitas efetuadas na agricultura do local e também como instrumento de pesca. Ela existe há mais de 50 (cinquenta) anos, porém, foi institucionalizada a partir de 2001, tendo como missão defender o modo de vida do quilombola, buscando apoiar e desenvolver ações que possam garantir sua sustentação e conquista do seu território. Visando a concretização de sua missão, esta Associação Comunitária procura incentivar o artesanato local, a preservação ambiental, o estímulo à produção orgânica, o grupo de danças do Timbó e suas manifestações culturais, onde teremos o foco principal no samba de coco do Entrevistado 1.



Figura 01: Reunião da Associação mensal e Festa de encerramento das aulas da escola existente no local
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 02: Integrantes da Associação na Festa de encerramento das aulas da escola existente no local
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 03: Integrantes da Associação em reunião mensal
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 04: Integrantes da Associação em reunião mensal
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)

A Associação Comunitária Nêgo do Timbó se destaca pela visão que proporciona à causa quilombola, discutindo ideias e fortalecendo práticas de afirmação e inclusão, favorecendo ao poder público o reconhecimento dos direitos específicos à estas comunidades quilombolas, bem como, da inserção destas na produção artística. Nesse ponto de cultura a comunidade realiza e expressa sua tradição oriunda do Quilombo Timbó, oportunizando a promoção e a possibilidade

de preservação do seu patrimônio imaterial, de suas origens e tradições.

Nessa manifestação cultural são realizadas ações de fortalecimento, podendo ser citadas algumas das manifestações culturais de preservação: banda de pífanos, samba de coco, mamulengo, animação, bonecas, cerâmica, capoeira e as histórias de mestres locais.



Figura 05: Artesanato Local – Mestre Fida
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 06: Puxador do samba de coco
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 07: Samba de coco
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 08: Integrantes do conjunto de Samba de coco
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)

Na batida do samba de coco são entoadas as cantigas tradicionais, que passam de geração à geração. Transcrevem-se abaixo duas das mais significativas cantigas que traz uma linguagem repleta de signos e significados⁶, pertencentes a uma cultura local, de uma realidade e identidade cultural contida na manifestação do quilombo Nêgo do Timbo:

O PAI DE PAI
 O pai de pai
 Falou pro outro pai
 que o pai do seu pai
 também batia no ganzá
 A mãe de mãe
 Falou prá outra mãe
 que a mãe da outra mãe
 também batia no ganzá
 Ó lua ó lua
 Sou preto véio embolador
 da bola bamba
 só deixo de cantar samba
 quando a cabeça voá
 Ó lua ó lua
 minha vó me disse
 que eu nasci de madrugada
 uma mão aberta outra fechada
 e trouxe a sina de cantá
 Ó lua ó lua

Cantiga do Samba de coco
 Fonte:USINA de Revitalização
 Nêgo do Timbó, [20--?].

NÊGA DANADA
 Nêga danada tu ta beba de
 liamba
 vestida de bico e canga
 só namora prá casá
 Nêga danada tu quebrou
 mininha gamela
 eu quero o dinheiro dela
 não mandei você quebrá
 Fico danado quando chego do
 serviço
 que entro dentro do muquifo
 e vejo menino chorá
 Ô muié veia de que chora esse
 minino
 Chora de barriga cheia
 Somente prá aperriá
 A minha namorada
 Ainda hoje chora
 Ainda hoje chora
 Ainda hoje chora

Cantiga do Samba de coco
 Fonte:USINA de Revitalização
 Nêgo do Timbó, [20--?].

⁶ Coadic (2004, p. 4) traz como esclarecimento o significado de: “[...] *signos* (a linguagem), *signo* este que é um elemento da linguagem que associa um signifiante a um significado: *signo* alfabético, palavra, sinal de pontuação”.

Por meio das entrevistas, pode-se identificar a memória local. Suas origens fazem parte dos integrantes do quilombo, de suas raízes e de sua tradição. Segundo os moradores mais antigos, a origem do quilombo está relacionada à chegada a Garanhuns de um escravo fugido da Bahia, o Negro Roque. Nesta cidade, Negro Roque foi trabalhar com o padre do local. Sentindo que seu dono poderia estar em seu encalço, Negro Roque confessou ao religioso que era um cativo fugitivo e pediu ajuda, caso o seu senhor aparecesse por ali. Então, eles combinaram que, se isso ocorresse, o sacerdote compraria a sua alforria.

No quilombo foi construída, com a ajuda do Negro Roque, a Igreja de Nossa Senhora de Nazareth do Timbó (Fig.: 10, 16, 17, 18 e 19). É de uma beleza ímpar dentro da sua simplicidade e repleta de significados e de valores representativos que fazem parte, desta forma, de suas memórias pessoais e sociais, fazendo parte da herança de um povo. Esta igreja é considerada, no Município de Garanhuns-PE, como a mais antiga. Sr. Vicente (nascido e criado no quilombo do Timbó) que hoje é seu guardião, conta que existe em seu interior “botijas” que contém, acredita-se, ouro e outras riquezas, fazendo parte da memória local tal alusão. Conta-se que a imagem foi trazida por um negro de nome Viturino avô de Roque; negro africano alforriado na Bahia, que veio de lá trazendo consigo a imagem, entre os anos de 1650-1700. A festa da, então padroeira do local, é comemorada entre 24 de janeiro a 02 de fevereiro, e se mantém há cerca de 300 anos.

Em imagens fotográficas registradas durante a pesquisa, revela-se a realidade na qual está inserido o quilombo Nêgo do Timbó, e com ela consolidaremos a veracidade das informações recolhidas durante o trabalho de campo, como construção de uma experiência vivenciada por integrantes da comunidade. Sua escolha deve-se, apenas, ao que foi vivenciado e experienciado através dos encontros com os integrantes da comunidade, proporcionando uma percepção real do fenômeno social local.



Figura 09: A comunidade Nêgo do Timbó
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 10: Imediações da igreja em Nêgo do Timbó
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 11: Imediações da Igreja, comunidade do Timbó
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 12: Edileusa Barbosa, integrante da localidade, nascida e criada no quilombo do Timbó
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)

Para alcançar o entendimento da realidade existente através do desenvolvimento do estudo de campo, como requisito para o entendimento pela autora, foram empreendidas visitas ao local, no decorrer da pesquisa, e foram analisados e apontados os resultados da pesquisa em andamento sobre: políticas públicas de preservação das manifestações culturais.

Em relação às manifestações culturais, considera-se que elas identificam, caracterizam e representam uma cultura, onde cada um precisa ser estudado nas suas particularidades e especificidades. Nelas existem as interpretações plenas de suas opiniões e pensamentos e que fazem parte da tradição e da constituição desta expressão cultural.

Os Entrevistados foram selecionados em busca exploratória com a finalidade de definição da amostragem dos integrantes da Associação, que poderiam fazer parte do rol dos Entrevistados para a pesquisa propriamente dita, mediante visitas à comunidade no intuito de integração e interação com seus participantes.



Figura 13: Presidente da Associação
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 14: Puxador do samba de coco
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 15: Puxador do
samba de coco com seu
pandeiro
Fonte: AZEVEDO, Helena
(2011)

As informações coletadas têm a finalidade de propiciar a análise da realidade existente na comunidade através de seus representantes e de suas reações durante a entrevista. Estas são parte das considerações processadas, diante das respostas aos questionamentos, com o intuito de levantar novos dados junto à comunidade. O roteiro de entrevistas (Apêndice A) foi construído através da observação direta da pesquisadora, com a visão dos comportamentos dos sujeitos envolvidos durante estas visitas de aproximação, buscou-se retratar a realidade na qual a comunidade está inserida.



Figura 16: Igreja de Nossa Senhora de Nazareth do Timbó
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 17: Altar de Nossa Senhora de Nazareth
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 18: Altar lateral da igreja
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 19: Altar lateral da igreja
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)



Figura 20: Sr. Vicente, nascido e criado no quilombo do Timbó, guardião da Igreja
Fonte: AZEVEDO, Helena (2011)

Faremos, agora, uma breve justificativa da inserção dos procedimentos de coleta e apreciação dos dados da

pesquisa. Deve-se, principalmente, à necessidade de traçarmos um trajeto de evolução das políticas, de sua aplicação e da realidade existente no recorte estudado.

Ao fim da análise e de posse destas informações, estabeleceremos uma relação com a pesquisa documental feita na FUNDARPE e na Prefeitura Municipal de Garanhuns (PMG), com os departamentos e secretarias responsáveis pela parte da cultura, apenas como instrumento de exame e com o objetivo de ajuizarmos a eficácia das políticas públicas que são colocadas em prática. Esta análise foi essencial para termos o conhecimento sobre as diretrizes políticas fundamentais que sejam voltados, à cultura local, desta forma, e confrontando com a análise final das entrevistas foi possível, enfim, buscar o entendimento dos procedimentos quanto à aplicação das políticas, como também, de que maneira são encaradas as ações de fortalecimento e a preservação das manifestações e expressões de identidade cultural quilombola, e com isto pode-se estabelecer um julgamento sobre a eficiência e eficácia e do bom emprego das mesmas na comunidade pesquisada.

A análise das ações da política pública colocada em prática é importante devido à capacidade provável de identificação e da magnitude do exercício fiel da aplicação das mesmas, e se, de fato, poderá servir de mecanismo de defesa da cultura local, com enfoque às condutas dos sujeitos envolvidos. Permitindo, assim, a compreensão sobre a maneira como deram origem aos conteúdos emblemáticos, e como houve a materialização, enquanto: desenho, modelo ou

mesmo campo cultural das percepções, dos valores e das crenças culturais desta comunidade, e sobre o comportamento e às relações de sociabilidade do referido quilombo. Ao buscarmos este entendimento, traremos o respeito à diversidade em favor das gerações passadas, presentes e futuras. Conservando suas origens endógenas, locais e regionais dos métodos culturais existentes como referência cultural.

7.2 Principais resultados

Antes de darmos início à análise dos dados das entrevistas aplicadas andamento na construção da conclusão, é preciso contextualizar o universo encontrado na comunidade estudada. Existem diferenças quanto ao nível de formação e interpretação, porém, e inclusive por estas, foi estendida ao puxador de coco a entrevista. Que, inicialmente, faríamos apenas com o representante da comunidade, como forma de coleta da importância do Ponto de Cultura na valorização das manifestações culturais existentes – o presidente da associação, ao nos depararmos com a riqueza da informação explícita existente naqueles que não dispuseram de recursos do conhecimento formal.

O que foi possível concluir após a interpretação e análise das entrevistas, será explanado ao final de cada pergunta efetuada, para que possamos dar o enfoque devido

aos pontos díspares da compreensão de cada questionamento feito.

Alicerçados nos resultados do que foi apresentado, efetuamos uma busca bibliográfica que nos permitisse a compreensão das vivências com as quais nos defrontamos ao longo da observação realizada, e que nos foi apresentada ao final dos encontros. No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi detectada uma possível justificativa de análise das diferentes cognições, para conseguirmos delinear uma comparação diante das realidades localizadas, no intuito de esboçar uma realidade possível de entendimento das necessidades dos Entrevistados.

Face ao exposto, corroboramos o pensamento de Araújo; Barbosa; Codes (IPEA, 2011, p. 2) que esta pesquisa relata um sistema de indicadores sociais ao promover uma investigação com a finalidade de avaliar, por meio da população, o julgamento dos serviços de utilidade pública e o grau de importância deles para a sociedade; onde existe a indicação de que, a percepção e a cultura deverão ser incluídas na análise do recorte de uma comunidade escolhida para estudo:

A cultura é um plano de observação privilegiado para olhar as cidades e os dinamismos que as movem. Os contextos urbanos induzem processos específicos de desenvolvimento cultural, de transformação de práticas e de condicionamentos particularmente importantes dos usos dados ao tempo livre.

Por outro lado, as práticas culturais, sua diversidade, complexidade e distribuição oferecem o quadro das

idades atuais, do seu planejamento e da qualidade de vida, um plano de observação em diferentes perspectivas. Por um lado, a perspectiva da espacialidade construída e das suas formas e, por outro, do lugar da cultura nesse espaço.

Em uma perspectiva dialética, é possível afirmar que do encontro e das tensões entre espaço objetivo vivido e o representado (percebido) podem surgir importantes questões que abrem possibilidade à reorganização de zonas de ação, tanto necessária ao campo da organização social da cultura, quanto de intervenção urbana para garantir direitos sociais e culturais às populações. Em realidade, cidade e cultura devem ser vistos em suas múltiplas articulações e determinações recíprocas no quadro da democracia social, dos direitos de cidadania. Portanto, as cidades são para além do seu plano organizacional material, realidades simbólicas e socialmente produzidas e apropriadas, suscitando diferentes formas de percepção, imagens e identidades.

Diante do que foi apresentado na pesquisa publicada pelo IPEA, em meio eletrônico, pudemos justificar uma apreciação em diferentes níveis de articulações da percepção das realidades simbólicas existentes nas identidades culturais diversificada da comunidade quilombola estudada. Este tipo de cognição já foi estudado e demonstrado através da pesquisa de Oliveira (2007, p. 98-99, grifo nosso) onde a autora aponta os debates existentes no processo de comunicação:

[...] como as pessoas entendem, conseguem e reproduzem informações – comprometem o acesso, a utilização e a socialização da informação. Nesse caso, informações *ingenuamente consumidas* expressam uma metáfora, na qual está incluída a falta

de compreensão (e de crítica) para aceitar, ou não – conforme o interesse dessas informações.

Isto exposto, através da coleta de dados e da transcrição das respostas do roteiro de entrevista⁷, aplicada aos participantes: doravante denominados: Entrevistado 1; e Entrevistado 2.

Assim, com o processamento e a apuração dos resultados coletados através das entrevistas, buscou-se constatar a prática efetiva de políticas públicas voltadas à preservação, e se realmente ela tem aspectos significativos, e se é alicerçada em ações que atuem propiciando a integração, interação e desenvolvimento cultural.

1) Qual o seu nome?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Integrante da comunidade	Integrante da comunidade

2) Qual sua idade?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
65 anos	36 anos

⁷ Que foram elaboradas obedecendo a um roteiro e que possibilitaram o levantamento de dados necessários. Estas foram gravadas, para posterior transcrição e releitura da fala para processar a interpretação, com a devida autorização – por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dos Entrevistados

3) Sua ocupação atual? Se você trabalha, em que setor está empregado? Município de moradia? Qual sua participação na Associação Comunitária Nêgo do Timbó?

Entrevistado 1	Entrevistado 2
Minha ocupação é de fazer... de ajudá [sic] aqui né [sic]... ajuda no lugar, que o lugar meio fraco né [sic]... que aqui não tá muito bem, meio fraco... tem muita promessa mas não chega? E eu quero é que faça aqui um ponto [sic]...uma paioça [sic] pra eu cantar que não tem. Trabalho na agricultura. Agora? É pela FUNDARPE né? Na agricultura, mas sou empregado pela FUNDARPE. É Timbó, Município nós tamo [sic] em Garanhuns. Minha participação? Assim de intervir [sic]... de... assim... Ah... o que eu faço? Eu faço é cantar né [sic]... cantar... cantar... cantar... e tem 6 dançarinas comigo... 6 dançarinas... que é tudo da comunidade e entonce [sic]... quatro tocador que é da comunidade também, que é sobrinho meu, primo... como é... neto [sic] meu.	Educador social / Educação / Garanhuns / Diretor Presidente da Associação Rural Comunitária dos Remanescentes do Quilombo Nêgo do Timbó

Já no início nos confrontamos com óticas diferenciadas da vivência dentro da comunidade, do entendimento de coletividade explícito existente por parte do integrante da localidade (Entrevistado 1), e da realidade de comprometimento existente por parte do dirigente (Entrevistado 2). Com visão das necessidades coletivas, o Entrevistado 1 expressa que existe uma carência estrutural e social para um bem coletivo, o que demonstra uma individualidade crítica e consciente, já que existem falhas estruturais que não vem sendo resolvidas.

4) Conforme informações obtidas com a FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, existiu um projeto intitulado “Usina de Revitalização Nêgo do Timbó”; em que circunstâncias houve a transformação em Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Foi Wagner... Porque ele não é daqui... do Timbó, ele é do Recife...não é daqui né [sic]... aí fez isso aí...aí nós demos um apoio a ele... eu que dei, não foi ninguém, eu dei o apoio a ele, mas depois, eu tava vendo que não tava dando certo... o que fez foi errado, aí nós tiramos [sic] ele... ele não é daqui... tiramos ele.	A associação já existia não com o intuito de criar grupos culturais, era mais no intuito de regularização de terras e se adequar ao projeto na qual estava inserido como quilombola, não com essa dimensão cultural. Foi se chegando e através de um produtor cultural pegamos um CNPJ emprestado para que nós pudessemos se virar para ter acesso ao Ponto de Cultura.

Novamente está explícito a interpretação diferenciada de cada integrante, face às mudanças derivadas da transformação do projeto inicial para uma associação, que pudesse viabilizar o acesso a determinados aspectos das políticas públicas da FUNDARPE, colocadas em prática através dos Pontos de Cultura. A compreensão da importância da transformação é entendida de forma diferente por cada membro.

A necessidade de formalização, de institucionalização de uma comunidade vai ao encontro das necessidades de adequação aos projetos desenvolvidos pela FUNDARPE, ligados a Programas do MINC como, por exemplo, o Mais Cultura, que traduz uma finalidade objetiva de atuação em comunidades frágeis (tais como as de quilombolas), permitindo seu enfrentamento na busca de ações articuladas que visem sanar tais espaços de fragilidade (IPEA, 2011). Nesta configuração de saneamento de espaços frágeis, a associação teria caminhos para a resolução das suas áreas deficientes.

5) Então nós teríamos uma diferença entre antes, e depois da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó? Qual seria, então, a maior diferença? De tudo isso, o que é mais importante para você? Por quê?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Que nós tivemos...? Não... antes teve... agora não tem não... agora tá bom! Que é tudo nêgo [sic] com nêgo né?	É uma forma de, no momento, como o quilombo tinha uma fama de ser um lugar para dentro, que não se abria para o campo onde

Nêgo com nêgo se entende... Diferença? Deles comigo? Pra aqui pro Timbó né? Tivemos mais pro Timbó do que pra lá porque lá caiu e aqui tá subindo...o Timbó. Aqui? De ajuda ou de... É da associação daqui do Timbó né [sic]? Porque lá... a senhora sabe o que é lá né [sic]? Lá... já era né? E aqui é mais ajuda, aqui é mais apoio... Tem apoio de vocês, tem apoio da FUNDARPE, mas tarde a gente pode ter apoio até do prefeito né? Que agora com essas coisas aí né? Porque até agora o prefeito não ajuda não. É isso...	se manter vivo através disso, mas agora, nesse momento de globalização tinha que fazer o papel inverso. Tinha que aparecer para receber as políticas públicas. Se não tivermos uma pessoa jurídica, ninguém vai saber que o quilombo existe e a gente tinha que ter o papel de divulgação na sociedade. Quando a Pessoa Jurídica (PJ), quando não era PJ, a gente ia ser mais massa de manobra, vem algum político, ia lá fazer por nós coisas que era políticas públicas (PP), ficava parecendo que eles tavam [sic] fazendo um favor prá nós, não era que a gente tava precisando, quando a gente era PJ a gente foi atrás das próprias. Os que não sabiam a origem, pertencente a nós todos. O mais importante é o resgate da identidade do povo que tava perdida. Muitas intervenções com outras que não sabiam a origem daquele povo, nem eles mesmos sabiam. Sabiam que tinha um recorte muito forte pelas próprias condições em que eles viviam, alguém se perguntava, porque nós sofremos, não temos acesso, não
---	--

	temos escolas, então assim serviu para que nós pudéssemos dar, não de forma como devia ser, basicamente, tudo feito pela própria associação que não consegue chegar até as pessoas, mas consegue formar um grupo que já tá na origem por conta dessa exclusão social que o negro passou, e principalmente, os quilombolas. Que a gente tá naquela situação. Mas isso também a gente reporta também que deu uma contribuição muito grande, e que este país tem uma dívida social muito com a gente também.
--	---

Pudemos verificar no que foi indicado acima, que permanecem desiguais a forma de visualização de determinados aspectos. De forma mais contundente, verificamos que a necessidade de sustentabilidade da comunidade, perpassa pela necessidade de formalização institucional da associação. Onde existe a dependência desta, para o sucesso do resgate da identidade de uma cultura, de sua origem.

Quando o Entrevistado 2 declara: “[...] a gente ia ser mais massa de manobra, vem algum político, ia lá fazer por nós coisas que era políticas públicas”, ele expõe sua consciência política, pois ao procurarem uma institucionalização através da regularização da associação,

eles estavam indo ao encontro de uma melhoria de vida para escapar de “manobras” de políticos que surgem apenas para se utilizarem deles como eleitores, como apontou o participante. Ele indica o conhecimento das ações como um direito deles, ele tem a compreensão de que uma política pública é direcionada a uma comunidade, e não é colocada em execução por um político, e sim é uma ação do governo.

A compreensão dos direitos inerentes às comunidades quilombolas, fazem parte do universo do Entrevistado 2, enquanto que ao Entrevistado 1 é importante, principalmente, diante das possibilidades de melhorias que surgirão com esta transformação, indicada por meio das suas respostas, onde é demonstrada a esperança de mudanças. Os anseios deles são identificados na falta de acesso, de escolas, que favoreceram a evasão de integrantes da comunidade.

Ele aponta e reconhece a importância da identidade, das suas origens e tradições, como: “[...] *pertencentes a nós todos*”. E que esta identidade estava perdida e eles foram resgatá-la. Ao apontar intervenções ocorridas, ele faz referências a propostas de anexar novas expressões culturais àquelas que eles já praticavam na localidade. E que foi repudiada por eles, valorizada aquela que era referente às suas origens: “[...] *o resgate da identidade do povo que tava perdida*”.

6) Você pode me falar sobre o seu grupo, suas atividades antes da criação da Associação?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Cantava... Eu cantei 5 anos de grátis, sem receber um tostão, nem o carro não pagava, quem pagava era meu bolso. 5 anos. 5 anos não é 5 dias né [sic]? Sem ganha nada... só indo pos canto... cantei em castainho... cantei em Estrela, em Calueda, olhe, o Estado do Pernambuco aqui todo eu cantei. Eu cantei até em Caruaru. Intervenção do pesquisador: São também quilombolas? É... com os quilombolas... porque o que eu sou... eu moro no Timbó, mas eu sou do Castainho, sou filho natural do Castainho.	As atividades culturais já existiam porque era bem característica do povo né [sic], o coco era o coco legítimo, o coco de roda que servia para que as pessoas cantavam nas roças e cantavam também durante o dia para servir de escape das suas angústias e também faziam para prá dançar livremente, as pessoas detém essas músicas, mas depois que se institucionalizou ficou uma coisa muito presa. A gente tinha que se adequar a um modelo no qual, todo mundo achava que o quilombola tem que ter um campo de origem afro, e não olhou as especificidades daquele lugar que já havia um campo, não precisava moldar nada que já tava preparado, houve uma confusão de achar que todo quilombo tinha uma mesma origem e que todo mundo tinha que dançar determinada música, cada quilombo tem sua particularidade e nisso foi um confronto que teve direto com o pessoal, que as pessoas ainda não conseguem ver

	isso, né, chegar e logo determinar assim que devia ser assim. Já existiam, não na formatação em que foi posta, mas já existiam, já ensaiavam, e que era uma forma de, uma festa de mais de 300 anos consecutivos nunca mudou e sempre tem atividades culturais, mas não de divulgação era uma coisa de interesse pessoal de que cada pessoa se percebiam naquela coisa cultural, mas quando teve PJ as pessoas teve que se adequar a um modelo na qual, de certa forma, foi conflitante, porque tinha que mudar em alguma coisa na sua própria identidade para satisfazer os anseios do projeto, de alguém, que queria ver, e houve um confronto aí que a gente tá tentando mediar, mas acho que uma mediação será a gente se manter na identidade e não procurar mudar.
--	---

O sentido de coletividade, das tradições e de suas origens está bem delimitado, mediante respostas de ambos os Entrevistados. Cada um oferece o foco conforme compreensões inerentes a cada especificidade. Porém, ambos enfatizam a manutenção destas tradições: “[...] *todo mundo achava que o quilombola tem que ter um campo de*

origem afro, e não olhou as especificidades daquele lugar que já havia um campo, não precisava moldar nada” [Entrevistado 2 - informação verbal].

Apesar da tentativa de adequação à modelos pré-determinados da cultura afro-descendente por intermédio dos responsáveis pelo Ponto de Cultura (tais como: plantar um baobá e uma oficina de maracatu). Todos tem sedimentada a idéia da identidade e o repúdio a intervenções propostas, onde existe, por parte dos Entrevistados o sentido de valor existente nas origens e memórias dos remanescentes do quilombo Nêgo do Timbó.

O que é possível identificar, ainda, é a preocupação econômica de sustento da família, apresentada pelos integrantes da associação, e a necessidade de criar instrumentos de emprego e renda, e, desta forma, poder propiciar alguma forma de provento para toda a comunidade local.

7) Como os integrantes da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó se relacionam uns com os outros?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Da comunidade aqui ou lá de fora também? Daqui... pronto [sic], se comunicamos... pronto, tem uma reunião aqui agora, eu fico a reunião todinha aí depois eu passo pra eles.	A questão da coletividade foi muito grande no início do quilombo até o início desse século, agora era tudo coletivo, ainda hoje as terras são coletivas, as poucas terras que nós temos são 70 hectares que

	vivem 35 famílias divididas, vivem em fazendas, né [sic]? Então havia coletividade só que a partir de certo tempo houve uma desconstrução, né [sic], desse modelo de coletividade, é que assim, os alunos começaram a ir para cidade, e toda aquela cara, aquele que vivia dentro da comunidade era quebrada, não era, não era não, é quebrada dentro das escolas, as escola era uma caixa que todo mundo tem que ser iguais, não vê os indivíduos como ele é, então o menino vem, já volta com outras idéias, a mídia também inclui muitas coisas da desconstrução dessa identidade que no princípio era muita, é, ainda é para as comunidades quilombolas, é importante a coletividade, não da coletividade de todo mundo lavar as roupas junto, mas da coletividades das relações, né [sic], de plantar, de cantar junto, agora não é todo mundo que vive junto com o outro, de lavar roupa junto, ou de ir no banheiro tudo junto. É outro tipo de coletividade.
--	---

Novamente os sentidos de coletividade permeiam as respostas dos Entrevistados. Estão intrínsecas neles à existência da identificação da união, e que esta trará o fortalecimento. Em diferentes acepções da palavra, a preocupação de ambos é com a permanência e consolidação desta, como mecanismo de defesa, inclusive. A compreensão da necessidade do repasse das informações existe e faz parte do cotidiano dos integrantes da associação. Por meio dos discursos dos sujeitos sociais que fazem parte da sociedade local.

8) Existe uma articulação do grupo, com outros sujeitos sociais visando a melhoria das atividades de cada um?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Faz, faz reunião aqui faz. Com todos os quilombolas. Reunião... aqui eles não perde. Do Castainho, da Estrela, reunião aqui eles não perdem não... É das reunião. É o Ciço, o Marinho, o Paié, Zé Carlos	Com certeza nos articulamos com outras comunidades quilombolas, somente aqui em Garanhuns são seis, e assim uma das formas que a gente vê de resgatar essa identidade é justamente fazer com que essas particularidades culturais e sociais sejam conhecidas e praticadas no sentido de entender, hoje nas festas culturais nós esta os colocando outros grupos para que nós tenhamos outras experiências, eu chamo isso de intercâmbio cultural, que as pessoas conhecem outras realidades, e vejam que tudo é

	igual, não vai ser diferente nem diferenciado nas suas particularidades.
--	--

As interpretações permitem visualizar os mecanismos de articulações, com óticas e cognições informacionais diferenciadas persistem, em ambas as respostas, onde a possibilidade de integração é a forma de união. E, utilizando as palavras do Entrevistado 2: “[...] *eu chamo isso de intercâmbio cultural*” [informação verbal], e é neste intercâmbio que existe o fortalecimento das relações, com o aporte do respeito às particularidades existentes, pautada na legitimidade da prática social existente, como defesa de direitos através da uniformidade das relações estabelecidas com os sujeitos sociais, com os grupos quilombolas existentes na região de Garanhuns – PE.

Porém, a percepção da importância da união, está bem clara, e é conservada como instrumento de defesa das suas origens e tradições estabelecidas. Quando se fala em intercâmbio, intrinsecamente está relacionada a importância do repasse da informação a todos, e a todos os sujeitos envolvidos na articulação existente entre as comunidades.

9) Como vocês se comunicam, sabem dos projetos, dos eventos culturais, e, de possibilidades de divulgação da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Que eles vão pra reunião no Recife, ou... ou Garanhuns, aí	Há poucos anos atrás nós sabíamos pelos outros, eram as

depois passa para nós. Entrevistado 2 que é o líder e Zé Carlos e os outros né? Ciço... Passa pra gente... passa [sic]. Liga... olhe . Teve reunião assim, tal e tal... aí diz...	outras pessoas que detinham as informações e muitas vezes, é que o grupo tá lá, e eu to mais perto, e ia lá e vinha, a coisa era meio de cima para baixo, a partir do momento que a gente viu, e que foi bom em certos momentos que a gente começou a entender como funcionava a estrutura de cada projeto, de ano em ano, a gente ficou vendo os editais e ainda mesmo que nós sabendo dos editais, a burocracia é muito grande, é uma dificuldade essas questões legais, né [sic], que tem CNPJ, não sei o que. Toda vem vai ver esse negócio que descaracteriza um grupo que tem uma estrutura tradicional e tal, que descaracteriza que é muito burocrática e as prestações de conta tão um pouco lá que é diferente.
--	--

Torna-se claro, com as respostas, e com propriedade, a deficiência no repasse e entendimento das informações. Também fica evidenciada, a concentração do poder de disseminação, por parte do presidente da associação. Onde ele busca e repassa as informações de interesse da comunidade. Por meio do interesse e repasse destas é que a comunidade local tem acesso às possibilidades prováveis de

divulgação, da participação em projetos e da comunicação levada ao conhecimento da comunidade.

É exposta, também, por parte do Entrevistado 2, a falha comunicacional, e de gestão, presentes na divulgação dos editais, dificultando uma interação com a comunidade, como também, a dificuldade existente para sua adequação, em virtude das burocracias. Onde está configurado um hiato na assistência técnica por parte dos responsáveis pela liberação destes editais, onde o fornecimento dos dados, informações e materiais tornar-se-iam imprescindíveis para uma participação da comunidade, da manifestação cultural existente no Timbó – o samba de coco.

10) A Prefeitura Municipal de Garanhuns – PMG mantém uma interação com a Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó? De que forma vocês se comunicam? Existe uma participação efetiva da PMG com a Associação?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Até agora não... não. – Só com Gabriela né [sic]? Que o prefeito ninguém vê. É encantado... ninguém vê... nem o prefeito nem o secretário que é Julio César. Ninguém vê não... Quando chega lá... “Tá aqui não saiu nesse instante”... pronto cabou [sic]... Não... não... Nada até agora. Nada, nada. Só de ano em	Na associação acho que não. Ela tem participações pontuais, nas festas tem recursos, tanto é que anos atrás a gente conseguia verbas, verbas da secretaria de cultura, mas no mais, as políticas integradas, mas isso não acontece porque é pontual, no ano. Depois fica naquilo do trivial, não essa participação como deveria ser, porque em todas as esferas hoje tem aquelas políticas específicas

ano que vão falar com a Gabriela que ela dá um jeito... de ano em ano. Em janeiro, que ela vem aqui, faz aqui uma participação... umas besteirinha... aí passa um ano pra receber... quando recebe ninguém quer mais... gasta tudo de meu bolso... essas coisas aqui... é tudo do meu bolso e do Entrevistado 2... Gastei o ano passado mais de 2 mil conto. Pra poder receber agora sabe quando? 400. E tá pra lá ainda... recebi não...	para quilombolas e um orçamento específico, não é necessária uma intervenção que a Prefeitura deveria ter, que o dinheiro deveria ter, né, que Garanhuns é uma cidade rodeada por seis quilombos, dita como a suíça pernambucana, então que a gente tem que quebrar certos paradigmas prá que a gente possa nos situar como o povo da sociedade de Garanhuns, nos vejam como uma sociedade que contribuiu politicamente e ainda contribui socialmente prá cidade, e não europeicamente falando, nada contra os europeus. Não mantém. Tem os CRAS Quilombo, tem mais facilmente a secretaria de cultura mas ainda é muito restrito, porque é a comunidade mais distante, é assim, se a pessoa tem mais precariedade, é assim, lá é muito longe, Castainho é mais perto, lá é muito longe. Temos que quebrar alguns paradigmas para que a gente possa fazer uma política igual para todos. Nós temos, acho que é mais, a gente detecta o programa, as lideranças, e uma linha aberta prá
--	---

	dizer que temos o problema, precisava ter mais da execução de algum, determinado acesso, educação específica, só colocar as leis que já existem, não sei como é, das aplicações, não sei como elas se fazem, se tem políticas específicas para quilombola, recursos específicos para quilombolas, aí, tem a sociedade, aí quando vem as políticas específicas para quilombolas são somadas, colocadas no mesmo caldeirão das demais pessoas e grupos e distribuídas por igual. Nós arrecadamos a verba, mas não recebemos especificamente aquilo que é específico, não é que somos melhores, é a questão da reparação das políticas sociais, sejam para as comunidades quilombolas compensatórias, que a gente ainda não tem acesso a elas, e não vem direto prá nós, só algumas divergências com Garanhuns, não quer ser diferente da cidade, mas se há essas políticas compensatórias, a gente tem que acessar.
--	--

As denotações expostas exprimem a constante preocupação com as atividades, e traz à tona a existência de mecanismos de produção cultural que interferem nas relações da PMG com a associação estudada, como também, a inexistência de uma política pública permanente para as atividades culturais.

Quando o Entrevistado 2 revela que as participações são pontuais, e que não existe a efetiva presença da Prefeitura com as comunidades responsáveis pelas manifestações culturais, está indicando uma ausência de política pública pautada no social e que possam gerar permanentes recursos para esta. Quer sejam em formas de eventos culturais ou oficinas, onde seria levada ao conhecimento, da sociedade local, toda a riqueza destas tradições, ou de qualquer instrumento que possibilite a geração de renda. Neste momento, é tornado visível por parte do Entrevistado 2 que existe uma má distribuição de recursos e uma falha as políticas sociais específicas para comunidades quilombolas.

“Temos que quebrar alguns paradigmas para que a gente possa fazer uma política igual para todos” [Entrevistado 2 - informação verbal], é a necessidade de políticas igualitárias, que traduzam um bem comum e que, infelizmente, não estão presentes apenas na esfera Municipal. Existem reflexos em todas as esferas, e são em busca de melhorias que são levados à execução os projetos culturais sociais: dos órgãos, instituições e Prefeituras. Tal resposta carrega consigo conceitos profundos que irão

conduzir à apropriação do termo “cidadania cultural”, que é defendida pelo MINC e pelo Programa dos Pontos de Cultura, ligada à FUNDARPE. Na qual está inserida a associação.

Na resposta do Entrevistado 1, é refletida, também, a ausência de ações permanentes que escapem daquelas pontuais como é indicada, ele reconhece, porém que a pessoa encarregada da Secretaria de Turismo – a Turismóloga que representa a Secretaria de Cultura, também, busca atuar de forma participante e significativa nos entendimentos mantidos com a associação. Foi constatada, também, a inexistência de uma política pública cultural no município. O que é caracterizada pelas ações pontuais (apenas pela necessidade de alguma apresentação em eventos).

11) Entre os integrantes da Associação quem é o encarregado da divulgação do trabalho da associação e de suas manifestações culturais? Por quê? Repassa para todos? Quem produz, então, informação de interesse para os integrantes da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?		
Entrevistado 1	Entrevistado 2	
Entrevistado 2. É porque ele é de competência né [sic]? – É do quilombo. Nasceu e se criou aqui. Repassa tudo. É ele. Entrevistado 2. É ele que faz	Hoje é Entrevistado 1, já existia, tinha aqui, mas a partir de 80 quando a gente tava procurando nossa identidade, qual era nossa identidade enquanto quilombo, a gente viu que era muito forte a questão do coco, toda essa região aqui, o coco de roda, tem o siriri; Outras manifestações,	

	mas é... Foi quem manteve e que mantém o nome, e é aquela coisa de raiz, bem típica, que você se identifica mesmo, é uma coisa de origem. Fazia espontâneo, era quase como um ritual, que as pessoas cantavam, iam prá roça cantando o coco, iam construir uma casa, bater o chão, e era o coco para pilar, então ali se tornou, era de geração para geração e, seus anseios, suas dificuldades, mas iam prá roda, as pessoas sabiam da conjuntura, do que tava passando na comunidade através da prosa, que era uma coisa muito rica, falava-se, hoje muitas pessoas tem problema de relação porque não conseguem falar, e aquele povo sem... naquele tempo a oralidade era maior. Até hoje nas escolas tem a cruz dessa... grandeza que é cantar e raciocinar ao mesmo tempo, acho que é uma coisa muito rica, e a gente tá perdendo muito tempo, a gente devia explorar isso, essa coisa a educação; Com certeza, hoje já é a 3ª geração dele, que tem as filhas
--	---

	que sabe, apesar de não praticar, sabe todas as músicas. Os netos estão no grupo, outras pessoas da comunidade também, são formados nisso, as crianças, e hoje em todas as comunidades quilombolas, ele é a referência – Entrevistado 1. A divulgação, a partir do momento que precisa de uma PJ, a associação sou eu, mas assim em todos os espaços, porque se a associação tá sendo bem representada de divulgação, antigamente o que mantinha os quilombo vivo era [sic] o isolamento e a distância, e hoje esse mesmo isolamento e essa mesma distância pode acabar os quilombos, porque não vai ninguém lá, quando vem para escola as crianças, são 2 horas prá ir 2 horas prá voltar, então eles prefere acampar com um parente, passa a semana, depois de 15 em 15 dias, depois de mês em mês, depois terminam abandonando, hoje a gente tem mais no quilombo a população idosa que detem algum benefício social, aposentadoria que se mantém... Geralmente as demandas nem
--	--

	tem, a FUNDARPE tem as demandas, precisa de tais apresentações, então se nós tivermos adequados aquela, mas muitas vezes são 2 ou 3 apresentações, são pontuais, e se nós formos viver da arte... Hoje mesmo tive que assinar uns 300 papéis para receber um cachê de 1 ano atrás, então 1 apresentação de ano em ano, prá ele não basta, enquanto que tem artistas que já vem com o cachê na mão, e o mercado tá cheio, é um grande vazio. Há demanda em campo, mas ainda tem que essas manifestações são emergentes, emergentes assim, prá o modelo da época, né [sic]. Que já vem, o que vem se propagando mais que com a burocracia de adequar a eles até se formarem.
--	--

A divulgação e a produção são encaradas em sentidos diversos nas respostas dos Entrevistados. Quando se salienta quem divulga, está presente a figura do representante da comunidade como responsável por ela: *“É porque ele é de competência né? – É do quilombo. Nasceu e se criou aqui. Repassa tudo. É ele. Ermeson. É ele que faz”* [Entrevistado 1 – informação verbal], nesta declaração está contida também o reconhecimento da força que existe na manutenção das

raízes do quilombo; quando ele indica que o representante é da comunidade local.

É a associação quem procura, divulga e difunde toda a informação de interesse para a comunidade, é explícito nesta acepção o total desamparo institucional no repasse de informações pertinentes à comunidade. E sob este aspecto tanto a esfera Municipal, quanto a Estadual são ineficientes.

Quando o foco é a produção, existe o reconhecimento da: produção, do repasse às gerações, da tradição e das origens, o Entrevistado 2 [informação verbal] diz: “[...] e hoje em todas as comunidades quilombolas, ele é a referência – Mestre Juarêz”; quando expõe que a tradição é mantida, e divulgada, por parte do puxador de coco – Mestre Juarêz. É-nos revelada a raiz e a origem da manifestação cultural realizada naquela comunidade. “[...] as pessoas cantavam, iam prá roça cantando o coco, iam construir uma casa, bater o chão, e era o coco para pilar, então ali se tornou, era de geração para geração” [Entrevistado 2 – informação verbal], e é nisto que reside a riqueza do movimento. A compreensão da transmissão da memória para a posteridade.

É evidente a preocupação e os receios existentes por parte do dirigente da associação, no que se refere à divulgação: “[...] se a associação tá sendo bem representada de divulgação, antigamente o que mantinha os quilombo vivo era o isolamento e a distância, e hoje esse mesmo isolamento e essa mesma distância pode acabar os quilombos” [Entrevistado 2 - informação verbal]. Nesta acepção, está

implícita, também, a deficiência de escolas nas comunidades rural, já que ela é um fator de esvaziamento do quilombo, onde os alunos tem que se deslocar ao município para receber educação continuada.

A adequação aos modelos burocráticos é novamente apontada como entrave nas participações dos eventos culturais promovidos pela FUNDARPE, e que a demanda para tais participações ainda é insuficiente para favorecer a divulgação de uma cultura. Da mesma forma é apontada a morosidade no repasse dos recursos. O que inviabiliza a manutenção do grupo e o sustento deles para a participação nos eventos, haja vista, as dificuldades para o recebimento destes aportes financeiros.

12) Existe a compreensão por parte do grupo de preservação da memória do quilombo?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Da memória do quilombo... assim... a história... É com as minha [sic] dançarinas né [sic]? Que dança mais eu né [sic]? Eu canto e eles toca [sic]... as neta que dança... dança pra isso né [sic]? Pra quando eu morrer eles ficarem... meu avô passou pra minha mãe... minha mãe passou pra mim e agora eu passo pra eles...	Acho que há, assim, porque é bem subjetivo, mesmo, que quando as pessoas gostando do que falam e sentem que aquilo dá, que outras pessoas estão reproduzindo sem tá, que não tão reproduzindo prá não morrer, que você vê que é uma coisa de dentro, acho que, subjetivamente as pessoas já tem isso guardado e que já vai passando isso de um para outro, daquilo que tá cantando, que tá participando, a

	preocupação da memória é constante, do quilombo, que aquilo não vai morrer.
--	---

A expectativa inicial dessa pesquisa, era de que as análises dos processos nos permitissem a construção de referências, novamente, configura-se uma realidade, é através do conhecimento explícito em relação à preservação da memória, que esta é resguardada. Que a reprodução das manifestações culturais é o que mantém toda a comunidade participando, nela e por meio dela. Que é através desta, que a memória é perpetuada, sendo uma preocupação constante na localidade.

O Entrevistado 1, em sua resposta: *“Pra quando eu morrer eles ficarem... meu avô passou pra minha mãe... minha mãe passou pra mim e agora eu passo pra eles...”* [informação verbal], expressa seu conhecimento explícito da preservação da memória, das suas tradições e origens, no repasse às gerações. A consciência da necessidade de transmissão do que foi aprendido ao longo da existência como forma de expressão cultural, aos seus filhos, netos, dizem respeito à formação e continuidade das identidades locais, é claramente exposta na resposta ao questionamento. Aí está comprovada a caracterização da consciência da preservação das suas tradições, e o trabalho feito na oralidade para mantê-la.

13) De que maneira se efetiva essa “preservação da memória”, de forma oral? Ou algum outro trabalho é feito para atingir este objetivo?

Entrevistado 1	Entrevistado 2
É... Existe não aqui... tem a igreja né? Só a igreja... Não... não tem... to pensando que Entrevistado 2 tem... nós [sic] tinha... tava [sic] tudo aqui... a gente tinha toda história, mas num livro grande... aí Entrevistado 2 pegou esse livro... deve [sic] tá com ele... na casa dele... tá com ele... Ele tá com o livro... é [sic] do começo ao fim... É... em escrito... em [sic] escrito das músicas... Não. Eu queria que eles viessem aqui né? Para falar da história, como era e como não era... o contato, como começou... mas é por telefone... pronto venha... fulano de tal...	Hoje, basicamente, é na oralidade, basicamente porque a gente só veio ter acesso a algum equipamento, de mídia agora, acesso a materiais de mídia, pois se não tem acesso ao aparelho que produz a mídia, existem várias coisas que precisa ser, ter uma conexão; não tem essa conexão, então a oralidade ainda é muito forte, e acho que também é uma forma de manter, tem que ser sistemática e não só pontuais, uma apresentação de coco 1 ano e não ter mais... então, tem que ser vivenciado, dia-a-dia, se for realmente tradição. Mantém-se na oralidade, aos poucos vai se adaptar, as pessoas terem o controle e não 1 botãozinho aqui, e outro ali, tem que ser constante.

As interpretações permitem, novamente, a compreensão de que oralidade é o que mantém viva a memória. Em contrapartida identificamos a fragilidade e a força de um mecanismo. A ausência de recursos e treinamento técnico para que possa haver um trabalho de

registro, de arquivo das tradições, da origem do quilombo e da cultura local.

São apontadas as carências existentes para a conservação das tradições, como também, são reveladas que estas são mantidas, inclusive, através da religiosidade (igreja), pelo Entrevistado 1. Nas respostas ao questionamento, é apontada a falta de recursos, e ao acesso às mídias existentes, atualmente indisponíveis a eles, que poderiam propiciar o registro e guarda das tradições, da memória. Nessas colocações efetuadas pelos entrevistados, estão caracterizadas as diferentes visões e interpretações apreendidas neste contexto, e são as diferentes óticas que se consideram nesta análise.

De uma forma recursiva se aponta a participação pontual dos responsáveis por esta salvaguarda do patrimônio. O entendimento de que o patrimônio se mantém guardado na oralidade, é preocupante, pois extintos os guardiões dela, se extinguirá, também, a memória. É inquietante e inadmissível a perpetuação deste estado indesejado encontrado e apontado pelos entrevistados. A aplicação de políticas públicas que regulamentem a preservação, fluidez e divulgação de sua cultura serão, portanto, as ferramentas que poderemos usar para viabilizar a sua salvaguarda.

14) Que órgão ou instituição, além da FUNDARPE, que ajuda no trabalho da associação? Como é esse apoio? Quem faz os contatos?

Entrevistado 1	Entrevistado 2
Nenhum não... até agora não... Não tem... tem não. Entrevistado 2... Os contatos é Entrevistado 2 com telefone. Aí em cima da hora Entrevistado 2 vai pra Recife.	Hoje nós temos a Fundação Cultural Palmares (FCP), que dá o apoio, ela não vai lá, mas, você tem que ver como você faz prá telefonar Temos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que é para ajudar, para um apoio questões jurídicas. E agora, com o processo de regularização fundiária, tem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que tá se adequando, não liberaram verba mais tem a topologia. Tem também outras associações quilombola que nos ajuda quando a gente tá com alguma dificuldade, a gente pede ajuda nas comunidades, no FCP, INCRA e CPT. Os contatos são feitos pelas lideranças, que no caso sou eu, contato eles querem uma pessoa de referência, mas assim, Juarêz também é uma pessoa de referência, nós temos o quilombo ali, só representação, os demais são num raio de 6 km de uma casa a outra, são pessoas de

	referência, tem Expedito, são [sic] referência, mas acessibilidade não dá, isso por exemplo, hoje se eu passasse 24 horas por dia dentro no quilombo, provavelmente ele estaria do mesmo jeito que foi a 200 anos atrás, porque ninguém iria lá. 50 km, difícil acesso, lá saindo e voltando fica difícil. Sou uma liderança quilombola, tem que se alimentar, é uma coisinha ruim demais de resolver, fica ruim.
--	---

Pelo exposto, numa análise subjetiva das respostas, é possível identificar que: o amparo social vem sendo dado por instituições, também com papéis sociais, tais como: Comissão Pastoral da Terra (CPT) igreja católica; Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O amparo jurídico, de regularização fundiária e de subsistência, estes apoios são dados informalmente, sem existir um vínculo entre eles. Surge, então, entendimento da carência de instrumentos de suporte operacional, bem como, de mecanismos que auxiliem na montagem da sustentabilidade local, propiciando a constituição de oportunidades locais que se traduzam como geradores de renda, que impeçam o esvaziamento local, e com isso os mantenham ligados às origens, que favoreçam, desta forma a guarda esperada do patrimônio imaterial de uma cultura.

Estas são as realidades transmitidas através das respostas. O desamparo e a falta de coesão institucional, a ausência de acesso às informações que possam criar mecanismos e possibilidades, de divulgação e que justifique a adesão a um empenho na manutenção e preservação de uma manifestação cultural. O reconhecimento da existência da união existente entre as associações quilombolas, que se unem para se fortalecer. Que são apoios informais.

15) Existe algum tipo de política social, que no momento, esteja beneficiando o grupo? Quem poderia ajudar mais?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Não... até agora nada. Aqui? Era o prefeito nera [sic]? Que é do Município. Né [sic] assim? Eu acho que é assim... né [sic] assim? É porque ele é o prefeito que é do Município da gente, mas não ajuda nada... Ninguém vê esse home!	Política social, política pública... tem o Ponto de Cultura, só o ponto que é uma referência, quem poderia nos ajudar mais era a Secretaria de Cultura, o apoio institucional, mesmo, como ação, como instrumento, são peças, é um diamante bruto que precisa ser lapidado, ferramentas... Benefício? Em parte. Recebemos o convite para se apresentar pela FUNDARPE, para o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), mas o Município não vai dar o carro, não vai dar o apoio, tem que vir prá cá, agora quem vai ninguém sabe, a Associação tem que se mobilizar, ver uma forma de o Município ou a FUNDARPE

	ajudar, até que se estruture, que dê apoio, até chegar num jeito de que não precise mais de apoio, só de empresário para marcar as apresentações.
--	---

As óticas e interpretações são o fator que diferencia as respostas encontradas, as diversas formas de visão constroem os significados vivenciados na realidade da comunidade. As necessidades essenciais não supridas são sentidas por parte do Entrevistado 1, porém, a existência do Programa dos Pontos de Cultura da FUNDARPE é apontado como referência enquanto instrumento de políticas públicas e práticas sociais. Identificada a ausência do amparo institucional Municipal, por parte de um dos participantes é entendido como a percepção da visão do local. Enquanto que alterado o nível de formação é alterado, também, o nível de entendimento do alcance das políticas sociais.

A insuficiência do amparo institucional, de ações, ferramentas e instrumentos se mantêm como falha, como práticas pontuais apenas. Estas ausências de amparos institucionais são, inclusive, apontados pelo Entrevistado 2 [informação verbal], e metaforicamente explicitado quando ele informa que as manifestações culturais: “[...] *é um diamante bruto que precisa ser lapidado*”.

A falta de estrutura e de apoio institucional na organização da associação, também é apontada como falha, sem a mobilização adequada na assistência técnica que deveria ser efetuada. Nem o apoio logístico é facilitado, para

um simples deslocamento, para atender a um convite (participação pontual) para uma apresentação é disponibilizado, tornando evidente a carência de um apoio institucional Municipal, apontado pelo Entrevistado 2. Ele ratifica e reconhece que, com referência a política pública, ele tem apenas o programa dos Pontos de Cultura, onde se tornam claro a fragilidade e ausência dos poderes públicos que seriam os responsáveis por sua execução.

O desamparo institucional, quaisquer que sejam: Federal, Estadual ou Municipal surge como um impeditivo ao desenvolvimento social, e em decorrência disto as políticas sociais mostram-se deficitárias no amparo às comunidades.

16) Na Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó quem produz mais informações? De que maneira existe a comunicação com todos? Essas novas informações todos recebem?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Ah É eu... eu. Que outro não tem. Eu... aqui [sic] dentro é eu... Da associação é Entrevistado 2. De mim. É porque eu passo pra eles a eles passa pra lá. É porque também ele não pode dizer porque tá na minha frente que sou mais velho... velho mais que ele né [sic]? Da associação assim... são passadas como? Como assim?	As lideranças. Ele quem está nos espaços de discussão, porque ainda há dentro do contexto as pessoas, e na Associação, as pessoas elegem o presidente e pronto. É você quem vai fazer tudo, centralizar mais pela própria formação, para entender como é esse processo de associativismo, muita coisa gente diz, Dizem [sic] lá... “minha” Associação... e a gente tem que se desprender

É reunião... a gente faz reunião... de mês em mês a gente faz uma reunião. Aí nós passa pra um... pronto.. numa casa tem 5 ou 6, aí vem 1 né [sic]... Aí nós passa pra um aí eles passa pros outro lá... aí é assim... assim... A gente trata de assunto daqui... de ajuda pra falar com o prefeito, pra falar com o deputado... pra dar uma ajuda aqui... governador... quem pode.... É tem sempre... todas famílias recebem...não tem mais porque tem casa que tem 5, 6 né [sic] até 8.	disso. As associações durante muito tempo seguiram uma proposta. As Associações se ligavam a um partido político, e quando passava as eleições, tem que se desconstruir isso, a associação tem que representar e aí é muita formação, informação, quem tá [sic] na frente é que representa... não é o presidente (dizem), e muitas vezes eles mesmos poderiam resolver isso. Não devido ao território ser grande e as pessoas estarem ainda com a Idéia que a associação tem que ser assistencialista. As informações são repassadas nas assembléias realizadas na associação. Nas reuniões mensais ou extraordinárias, é que a gente consegue se apessoar de uma política de um manifesto, na igreja também, onde todos se reúnem.
---	---

A configuração dada à associação demonstra que, espontaneamente, seus integrantes a percebem como um fator de melhoria de sua condição de vida. Na medida em que se reúnem em associações e escolhem (através do voto) suas lideranças – que são, na realidade, seus representantes políticos, eles estão se unindo de forma associativa, portanto, buscando uma institucionalização.

E entendem que, além de melhorias físicas, o seu representante é autorizado a buscar a conscientização e politização de todos integrantes, promovendo o acréscimo de informações para que seja acrescido o nível de percepção de todos e que, enfim, todos juntos procurem a construção de uma sociedade local, justa, participativa e cidadã. Por meio dela estarão aptos a buscar recursos que sirvam de ferramentas na luta por espaços iguais. Estes representantes trazem em si a oportunidade e a possibilidade de promoção da integração entre seus participantes, e buscando aumentar o bem estar de todos.

A sensação de pertencimento, principal atributo da cidadania, apontada pelo Entrevistado 2 quando ele indica que os integrantes se referem à ela como: “[...] *minha associação*” [informação verbal], longe de ser motivo de posse, é, antes de tudo o reconhecimento do “fazer parte” a uma comunidade. É a legitimação da autoridade delegada por eles para os representarem junto aos órgãos e instituições. Como foram expostas, através das respostas dos Entrevistados, eles mantêm uma integração boa e que as informações geradas e produzidas são repassadas aos outros por meio de assembleias mensais.

17) É do conhecimento de vocês a existência de uma Política Pública de Cultura do Estado de Pernambuco?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Uma política? <i>Intervenção do pesquisador:</i>	Não.

<i>São também quilombolas? Uma política pública... um instrumento de política que regulamente... que ajude vocês? É do conhecimento de vocês?</i> Não... até agora o que recebi foi das conversa com a senhora... o resto nada... só o que a FUNDARPE criou né? Que foi 12 mil né? O som? Que a FUNDARPE deu... foi... foi 12 mil... esse projeto era de Wagner...aí foi nas carreira que compraram o som...	
--	--

O desconhecimento do que vem a ser uma política pública de cultura evidencia a pouca atuação dela na comunidade local, confirma o que já vem sendo explicitado ao longo das entrevistas. A não aplicação destas de forma efetiva em benefício da preservação das manifestações culturais. O Entrevistado 1 é mais expansivo em suas respostas, em admitir que não recebeu informação alguma é exposta de forma espontânea. A falta de uma explicação ou explanação maior por parte do Entrevistado 2, pode evidenciar uma insatisfação face a ausência da política pública, ou pode caracterizar a falta informacional que existe na divulgação de instrumentos sociais legais que promovam a cultura e a comunidade.

A falha no desenvolvimento de processos de formação, a falta de disseminação de conteúdos, que pudessem estruturar tais comunidades em busca da preservação efetiva do patrimônio cultural imaterial, o patrimônio vivo cultural de uma comunidade. A conexão das singularidades foi desfeita, bem como vias de participação social, e através desta, foi evidenciada a falta de assistência técnica às comunidades, possibilitando-os na construção e significação de valores, dando condições dos sujeitos sociais atuarem na formação de uma memória coletiva. Enfim, a ausência do aparato governamental, compromete o papel do Estado na consolidação da área cultural. Conforme exposto acima, a falta da aplicação das políticas públicas afeta a preservação do patrimônio, seja ele: material ou imaterial; comprometendo a democratização e o acesso aos bens culturais.

18) Você entende tudo que está sendo feito em torno das Políticas Públicas de Cultura?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Tudo que tem feito? Das políticas... não... não...	Não

Essa carência de informações prejudica a aplicação das diretrizes propostas pela FUNDARPE e mina as possíveis estratégias para minimizar carências; sem o entendimento do que vem a ser uma política pública de cultura, como poderão os integrantes do Ponto de Cultura contribuir de forma participativa na sua execução. A inter-relação existente nesta

realidade deixa espaços para reflexão sobre política, cultura e poder.

Enfim, se existisse uma assistência mais ativa dos órgãos responsáveis por colocar em prática estas ações, capacitando e qualificando seus sujeitos sociais, ajudando na construção do entendimento necessário à sua prática, estas poderiam ter um melhor aproveitamento.

19) Quando você não entende, quem repassa, ou explica essa informação para você?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Entrevistado 2... que vai na reunião e passa pra ele e passa pra gente.	Buscamos outras lideranças e parceiros.

A busca por informações ficou evidente que se limitam às lideranças e parceiros da comunidade. Na associação são depositados todos os anseios e angústias que afligem uma comunidade à margem das informações que possibilitem a construção e configuração de uma realidade possível de bem estar geral. A associação traz consigo a participação e a confiança popular, ela tem, potencialmente a possibilidade de integrar seus participantes nas atividades sociais.

Aqui estão evidenciadas as importâncias de referenciais nas lideranças. Estas são traduzidas por e entre eles, sem quaisquer outras interferências. É a associação quem procura, divulga e difunde toda a informação de interesse para a comunidade. Infelizmente, não depende

apenas dela a fiel aplicação do que vem a ser uma política pública cultural, desta forma permanecerá a carência institucional de apoio para a compreensão das suas finalidades e a consecução dos preceitos que beneficiem e promovam instrumentos, de crescimento, através do fortalecimento de uma estrutura na qual se privilegie a cultura e a preservação da memória e da cultura para posteriores gerações.

20) Existe uma participação efetiva da FUNDARPE no apoio, consultoria, na instalação e divulgação da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Assim como... Não... não... Eles nunca vieram aqui não... eles telefonam... Entrevistado 2 vai lá... Mas eles não vieram aqui não...	Não, só pontual, no momento essa relação esta se construindo, a partir de uma demanda nossa

Diante do exposto, se caracteriza, em mais este tópico a ausência e a carência de apoio institucional e da assessoria técnica, na condução, consultoria, instalação e divulgação da associação. Mais uma vez está explicitada a falha da prática da política pública cultural, porém, existe também, a falha na execução do plano de trabalho inerente à FUNDARPE, que além de repasse de recursos, deveria estar presente numa participação mais efetiva no desenvolvimento das atividades de integração, apoio financeiro, na instalação, consultoria, na distribuição de informações e materiais necessários à sua execução, e que deveriam estar disponíveis nos Pontos de

Cultura convenientes ao programa. Esta falha compromete todo um trabalho que poderia alcançar uma dimensão bem mais eficiente, eficaz e produtiva destas expressões culturais.

A evidência de ações pontuais compromete todo trabalho institucional que visa à difusão, desenvolvimento, conservação, disseminação, produção cultural, intercâmbios culturais e dinamização dos espaços reservados ao seu fortalecimento. Colocando em risco a missão proposta pela reestruturação organizacional da FUNDARPE e a agregação dos agentes articuladores de sua rede de Pontos de Cultura.

21) A inclusão da Associação Comunitária Nêgo do Timbó no Programa Mais Cultura do governo do Estado trouxe alguma forma de contribuição?	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Até agora não... tem muita promessa né [sic]? Mas não chegou ainda não...	Sim, pois permitiu que conseguíssemos nos ver como quilombolas, e darmos uma cara nossa, dizendo, que nossa música é o coco.

Neste instante estão expostas as diferentes formas de visão face à realidade existente. Enquanto o Entrevistado 1 não vincula contribuição alguma com a participação da associação no Ponto de Cultura, o Entrevistado 2 admite que a inclusão na Rede dos Pontos de Cultura da FUNDARPE, foi benéfica, enquanto forma de divulgação, para exposição do trabalho feito através da música da comunidade; e que por meio desta, é possível desvendar a verdadeira feição da

manifestação cultural do samba de coco. Que é parte integrante da comunidade quilombola Nêgo do Timbó.

A identificação deste aspecto da divulgação pode demonstrar que, além desta apontada pelo Entrevistado 2, as demais foram pontuais, não existem instrumentos que contribuam de forma efetiva na instalação e no desenvolvimento da associação comunitária responsável pela manifestação cultural estudada.

22) Em sua opinião o que auxiliaria mais a associação na divulgação das manifestações culturais e na preservação da memória do quilombo	
Entrevistado 1	Entrevistado 2
Aqui... fazer uma paioça [sic] pra eu cantar... uma paioça [sic]...um orelhão aqui pra a gente telefonar... não tem um orelhão pra quando a gente quer telefonar...não te uma palhoça pra eu cantar... não tem nada! E também a minha casa né [sic]? Fazer minha casa que eu não tenho um apoio aí né [sic]... que podia muito bem fazer... um apoio aí... do governo do Estado mandar fazer um apoio aí, casinha pra a gente ficar... não tem... E mais um monte de coisa...	Mais apoio institucional, principalmente do Município de Garanhuns que ainda não nos conhece, uma terra que foi fundada em cima de quilombos, se diz que é a suíça Pernambucana

<i>A partir daqui, houve uma participação espontânea de D. Edileusa Barbosa, esposa de Entrevistado 1.</i> D. Edileusa – O posto... desculpe... Entrevistado 1 – Deixe [sic] eu contar... D. Edileusa – Posto de Saúde, estrada, uma escola, Entrevistado 1 – tem que aumentar mais que tá muito pequena... D. Edileusa – uma educadora que não temos... Entrevistado 1 – É... tá [sic] precisando mais de uma educadora para 1º grau, 2º grau, 3º grau... D. Edileusa – Os alunos vão para Iratama porque não tem professora... Entrevistado 1 – E o lugar também que está pequeno. Não cabe... Tem que aumentar mais... Na reunião vieram...	
---	--

Diferentes necessidades, diferentes visões. Para o Entrevistado 1, o que falta na realidade é a disponibilização de verbas para melhorias das instalações, de construção de uma “palhoça”, onde ele pudesse fazer seu “trabalho”. Ainda aponta a necessidade de melhorias básicas para a

comunidade. Responsabilidade esta que estaria vinculada à Prefeitura, na implantação de sistemas básicos na localidade.

Para o Entrevistado 2, permanece a exposição da carência do apoio institucional. Como também, existe o desconhecimento, por parte da sociedade, das origens do município de Garanhuns, que estaria alicerçada nos quilombos existentes na região (são seis ao todo), e que não reconhece a participação social destes na fundação da cidade.

Justifico, também, a presença das palavras da integrante da comunidade, a Sra. Edileusa Barbosa, que ao final do encontro, fez uma intervenção espontânea ao término da entrevista. Devido ao valor do que foi dito, fruto de uma realidade e de uma necessidade premente. Mantivemos este trecho com o objetivo de justificar esta interferência.

Foi a carência de estrutura generalizada que a fizeram intervir; na realidade, é a “necessidade”, imperando e complementando, o que já havia sido dito pelo Entrevistado 1. Ou seja, foi a falta de estrutura e a ausência nas melhorias das condições básicas da comunidade e nas de utilidade pública, que estariam atrelada ao bem estar geral, que a fizeram falar.

7.3 Análise dos resultados

Na conclusão desta análise, e por meio da interpretação dos questionamentos tivemos o mapeamento da realidade local, além da visão da participação da associação, nas esferas: Municipal e Estadual.

Para os integrantes do quilombo Nêgo do Timbó e comunidades da rede de Pontos de Cultura vinculados à FUNDARPE não é possível se identificar desenvolvimento de ações de preservação das manifestações culturais locais; como expressões de um patrimônio vivo, imaterial. A própria associação dos quilombolas, reconhece que o governo Municipal é ausente, cujo paradoxo manifesta-se na configuração das expectativas já comentadas

Com a conclusão das análises foi possível visualizamos aspectos positivos e negativos encontrados na aplicação de políticas públicas e de ações voltadas à preservação da memória e ao reconhecimento do patrimônio imaterial.

Admitindo-se a presença de níveis diferenciados de visão e de interpretação, os Entrevistados traçaram um panorama muito concreto da realidade local. Destacamos entre eles os benefícios e as carências existentes na comunidade, o que acaba refletindo nos direcionamentos dados pela associação. A articulação existente no local pesquisado, assim como as demais associações quilombolas,

e instituições voltadas ao social, do território ratificam a compreensão de que o social é a forma ideal para determinação de um futuro aceitável.

É nessa consideração do social que os atores e os seus conflitos devem buscar ampliar as diretrizes sociais necessárias ao fortalecimento de uma política pública. Carecem, pelas circunstâncias, de uma política social que conduza o indivíduo e a comunidade a uma valoração pessoal e a conquista do bem estar social. Nesta perspectiva seria possível incluir a melhoria da qualidade de vida e das condições de manutenção de uma comunidade rural, cujo acesso já é deficitário em diversos aspectos, quer sejam eles, locais educacionais, de saúde, sociais ou de tecnologias. Sua fiel aplicação será o determinante fator de inclusão. Dando-lhes condições de permanência e desenvolvimento.

Observamos nas entrevistas uma luta pela subsistência, pelo desenvolvimento e pela construção da importância da preservação da memória da expressão cultural mantida na comunidade que é o samba de coco. Através delas pudemos vislumbrar a carência de ações efetivas na implantação e acompanhamento e gestão das atuações planejadas pela FUNDARPE na execução das políticas públicas de cultura do Estado. A implantação, e a execução dessa gestão da política pública cultural, poderão contribuir com a superação das condições adversas encontradas, através das interpretações e dos resultados analisados.

A carência de informações e de visitas técnicas, para a gestão dos recursos e das especificidades: na implantação, acompanhamento e orientação na execução das prestações de contas, também são identificadas na análise das entrevistas. A burocracia imposta pelos órgãos dificulta o entendimento, na medida em que não existe o amparo institucional no desenvolvimento do Ponto de Cultura, pesquisado.

A falta de compreensão da dimensão que as políticas públicas culturais do Estado de Pernambuco são e podem propiciar, compromete a apreensão da execução da própria política, o que se deve às limitações cognitivas e culturais do grupo em questão. A importância de um melhor esclarecimento do que vem a ser uma política pública, favorecerá sua aplicação, a preservação da memória, o sucesso, como também, suas contribuições nas construções de identidade e cidadania. Pois, elas representam as decisões do governo em diversas áreas, o que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência dessas, repercutem em toda a comunidade.

Essa comentada carência no Município extrapola seus limites, e é identificada também, nos mecanismos do aparato Estadual, através do órgão responsável pela prática de providências concretas na sua instalação. Algo que vá além da comprovação de aplicação de recursos, de fiscalizações, ou de penalidades impostas na ausência de uma prestação de contas. Assim, se identifica sua presença na estruturação desses pontos, no acompanhamento, controle, na qualificação

dos gestores, na disseminação de impactos sócio-culturais, e também, na comunicação entre esses.

Foi possível captar com as análises que, além do entendimento do significado da aplicação de uma política pública, existe a necessidade de uma presença mais ativa dos integrantes da comunidade; porém, é essencial uma participação mais efetiva dos poderes: Municipal e Estadual. As relações contidas entre estes espaços precisam ser construídas e amparadas para que possa trazer benefícios à comunidade.

Portanto, a ineficiência dos poderes públicos pode prejudicar a garantia e a valorização de uma expressão cultural local, que faz parte do patrimônio imaterial. É importante salientar que mesmo com a carência e ineficiência encontradas, existe por parte dos integrantes da comunidade o entendimento que a memória dessas expressões precisa ser preservada, por se encontrarem mantidas na oralidade, que foi identificada através da interpretação das respostas aos questionamentos. Face ao exposto, fica claro que, a criação e execução de políticas públicas culturais precisariam alcançar o desenvolvimento social e uma amplitude de suas ações nas políticas públicas.

Deste modo, deixamos evidenciadas as necessidades urgentes de informação levada aos pontos culturais, como também a necessidade de incentivos ao desenvolvimento e à implantação de recursos disponíveis que propiciem um trabalho mais efetivo no registro e guarda da tradição e das

origens que são mantidas na oralidade. É improvável que tal déficit informacional se restrinja, apenas, à associação pesquisada. A falta ou inexistência de atividades de acompanhamento por parte da instituição responsável pela execução das ações propostas inviabiliza o fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura por intermédio do Programa Mais Cultura.

Configura-se desta forma a constatação de que seriam necessários esforços para acompanhamento e gestão desses Pontos de Cultura. Como também, na criação de instrumentos ou mecanismos de parcerias, para que se alcance o fortalecimento indicado. O Estado em parceria com a Prefeitura poderia criar estruturas que privilegiassem participações mais efetivas na assistência a esses pontos, já que existe a proximidade de território. Portanto, essa integração poderia se concretizar de forma mais ágil, como aponta as análises realizadas. Fica evidente, ainda, que se não houver uma articulação eficiente por meio de parcerias e acompanhamentos, a política de cultura também não será sustentável. Em face do exposto, entendemos que se esta articulação não se concretizar, não só à preservação de memória, como também, o sucesso da execução dessas políticas, estarão em risco.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento que moveu este estudo foi o desenvolvimento e ampliação da discussão sobre o imperativo de preservação, como meio eficaz de salvaguardar a memória coletiva e como instrumento capaz de legar às gerações futuras todo o patrimônio das manifestações culturais existentes.

Foi possível identificar as possibilidades de preservação das manifestações culturais através da aplicação de políticas públicas, que são construídas nos momentos de interação social. Desta maneira, reconhecemos os elementos constitutivos da formação⁸ de identidade, como instrumento social poderoso na cidadania e na democratização e acesso a todo conteúdo informacional existente. Isto porque, estes são os elementos capazes de permitir o desenvolvimento do indivíduo como condição imprescindível ao seu crescimento.

Emergiu das análises realizadas que há necessidade de políticas e ações governamentais que garantam a salvaguarda da cultura, como também se tornou clara a noção que a comunidade tem da importância da defesa do seu passado, da manutenção da sua memória. Defende-se o papel social intrínseco e primordial de toda informação exerce na construção do cidadão, consciente do seu papel, dos seus direitos e dos seus deveres. Este cidadão é o sujeito de

⁸ A etimologia da palavra formação envolve: passado, presente e futuro.

atuação da política cultural que exerce sua função de construtor ativo da memória coletiva, como fiel guardião e depositário da identidade cultural do país. Assim, pensar em políticas públicas de cultura é pensar também em ações capazes de transformar uma realidade com o objetivo de preservar a memória⁹ o patrimônio cultural e suas manifestações.

Desta forma, fica evidente que, aliadas às políticas culturais, as políticas educacionais, e as de saúde aplicadas eficientemente, amparariam o crescimento da dos integrantes da localidade, e em consequência o aumento da possibilidade de interpretação e da cognição, carências já identificadas na localidade.

Salienta-se, também, que as políticas culturais sendo estabelecidas e colocadas em prática poderão proporcionar ao cenário cultural a preservação da memória regional, encontrada, e mantida na oralidade. A destinação de recursos e o incremento de tecnologias administrativas apropriadas favoreceriam esta guarda efetiva das tradições existentes na comunidade, objeto deste estudo de caso.

Assim, mesmo reconhecendo as diferentes visões e interpretações, de reprodução informacional e de comunicação, constata-se que a modificação de uma realidade é necessária, e que a aplicação consciente e fiel de

⁹ Memória como parte integrante deste indivíduo através de suas experiências, rememorando os acontecimentos do passado como instrumento de construção do futuro.

políticas alicerçadas nos direitos dos cidadãos pode trazer contribuições ao crescimento regional e que deveriam ser buscadas por meio dos poderes constituídos.

A atuação destes poderes neste trabalho foi identificada de forma pontual nos resultados das entrevistas. A inexistência de uma política pública cultural no município, caracterizada por meio de ações esporádicas, são visíveis nas apresentações de eventos. Mediante esta identificação, reconhece-se a existência de um campo potencial expressivo que permitirá o desenvolvimento de ações que busquem a promoção e o crescimento da localidade.

Estas ações representam uma forma de aparelhamento de valoração que potencializa a cultura; um mecanismo que preserva e difunde o patrimônio: material e imaterial; bem como instrumentos de ampliação da formação e da qualificação profissional destes segmentos.

Considera-se ainda a relevância do respeito a valoração das particularidades e especificidades de cada expressão cultural; que assegurem a participação na gestão, na construção e evolução das políticas públicas culturais, para favorecer a interação entre os sujeitos sociais existentes em todo o território de Garanhuns. Todas estas considerações são pertinentes, tanto em nível Municipal, quanto no Estadual, e identifica a fragilidade e inoperância dos agentes formais do Estado.

Identificamos ainda, a fragilidade, ou inexistência, de uma política de geração de renda na comunidade rural Nêgo do Timbó, que possa favorecer as comunidades, impedindo-as de abdicar de um trabalho, de um movimento devido à falta de recursos financeiros, contribuindo para uma vida socialmente íntegra.

Diante dessas novas realidades captadas verificamos a necessidade de suporte operacional, mas, paralelamente, também de ações do município e do Estado: de políticas públicas que lhes garantam seus direitos sociais, o direito a cultura como forma de expressão, de condições que possibilitem a construção de instrumentos de conservação não apenas da memória, mas das expressões culturais encontradas.

Em face desses direcionamentos espera-se que a FUNDARPE, baseando-se nas políticas emanadas pelo MINC, se responsabilize pela eficácia na implantação de políticas públicas, patrimoniais, de preservação da memória e, como tal, busque colocar em prática ações que visem à perfeita execução destas, que são oriundas do PNC, posto em prática em 2007, através do MINC.

Caberia ainda, nestas considerações, o anseio de assegurar os direitos dos cidadãos na busca e compreensão da informação, como instrumento de modificação de uma realidade. Criar mecanismos, disponibilizar equipamentos e recursos que viabilizem o registro e a salvaguarda da memória. Para isso, serão necessários investimentos

econômicos e igualitários para que se possa alcançar o patamar de desenvolvimento da consciência da preservação como um direito social dos cidadãos.

Portanto, ao término destas análises, foi possível contribuir na identificação destes pontos. Não poderíamos deixar de reconhecer, que esforços foram empreendidos para alcançar os objetivos propostos na aplicação das ações da política pública cultural, porém, muito ainda há que se fazer, para que alcancemos uma participação mais eficiente e efetiva, na construção e aplicação dessas políticas em benefício de toda comunidade que detém uma expressão de uma cultura de raiz regional.

Como contribuição à Ciência da Informação, fica a comprovação de que: havendo informação, e se essa for repassada de forma eficiente, poderá haver o aumento do entendimento cognitivo e o desenvolvimento do saber. Ainda destacamos que o déficit informacional é fator, inclusive, da inexistência da salvaguarda da memória e das expressões e manifestações encontradas na comunidade. Isto exposto surge das investigações efetuadas, um caminho possível a se trilhar em busca da: recuperação, registro e disseminação dos recursos existentes na oralidade, e desta forma colaborar com a salvaguarda da memória cultural regional.

Isto exposto são evidenciadas as implicações na sociedade diante destas realidades. Este estudo é algo em que poderíamos levar adiante, procurando desenvolver um trabalho voltado às realidades de comunidades. Assim é

possível aprofundar a necessidade de políticas, não só de informação, como também, de políticas públicas, que garantam o acesso e uso do social como instrumento capaz de proporcionar meios de conhecimento para o crescimento social do indivíduo que busca a educação como forma de agregar conhecimento e usa-a como passaporte para a melhoria de sua condição de vida.

Pois a educação começa aí, na preservação da cultura de um povo. Um povo sem cultura jamais alcançará patamares mais elevados. Um povo sem cultura é um povo sem memória; e como tal um povo sem consciência; e um povo sem consciência é um povo que não tem acesso aos seus direitos; e aqueles que não têm acesso aos seus direitos tornam-se “massa de manobra”. É a inter-relação cultura, identidade e poder. Quem detém o conhecimento (cultura), detém o poder de identificar-se consigo mesmo e com o meio social a que pertence. Ao passar pela manutenção das tradições culturais é que um povo pode, na realidade, engrandecer-se.

Enfim, fica a certeza de que o campo é incipiente e induz a novas pesquisas, certamente que permitam o enfoque mais amplo do universo existente dentro das memórias coletivas de cada indivíduo e de cada coletividade, favorecida pelas ações governamentais quer na esfera Federal, Estadual ou Municipal. Propiciando, desta forma, uma compreensão mais aprofundada dos dispositivos capazes de transmitir a cultura, a informação e o saber e a preservação da memória.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C.; GONÇALVES, Carlos Alberto. Política de desenvolvimento científico e tecnológico: qual a realidade de Minas Gerais? **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez.2000, p. 151 – 166.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 348 p. (Coleção Debates, 64 / Dirigida por J. Guinsburg)

AGUIAR, Afranio Carvalho. Coordenação de uma Rede Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia: um plano prioritário do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1-2, p. 83-88, 1980.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: As relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, UFGD – Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

_____. **A arte rupestre no Brasil**: questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação. Rio de Janeiro, 2001. 198 f. II. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). IBICT/UFRJ/ECO.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivi_03/.../ç12343.htm>. Acesso em: 27 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura:** diretrizes gerais. Brasília, 2007. 87 p. Disponível em: <www.cultura.gov.br/pnc>. Acesso em: 17 jul. 2010.

BAQUERA, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, v. 1, n. 5, 2004. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004. 165-186 p.

BERTINI, Alberto. **Economia da cultura:** a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2001, 221 p.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001. p. 73-83.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura:** diretrizes gerais. Brasília, 2007. 87 p. Disponível em: <www.Cultura.gov.br/pnc>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CHARTIER, **A história cultural:** entre práticas e representações. 2.ed. Lisboa: Difel, 1988. 239 p.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147p.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Comunidades quilombolas do Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/html/publicacao.php>>. Acesso em 10 jan. 2011.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002. 256 p.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. 165 p.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Teses e Dissertações como referencial da memória**: produções acadêmicas constantes no acervo da biblioteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB (1975-2010). Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11, Rio de Janeiro, 25-28 out. 2010.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 70 p. (Coleção Passo-a-passo, 66).

GARCIA CANCLINI, Néstor. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003. 223 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2005. 102 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. 222 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 59 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Sistema de indicadores de percepção social**. ARAÚJO, Herton Ellery; BARBOSA, Frederico; CODES, Ana. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 19, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_cap05.pdf>. Acesso em 12 jul. 2011

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Instituído pelo Decreto nº 3.551, 04 ago. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

JARDIM, José Maria Jardim. A informação como projeto de igualdade. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 39-48, jan/jun. 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008. 312p.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.
LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 124p.

LÓSSIO, Rubens. **FUNDARPE**: Subsídios para a memória de um decênio. Recife: CEPE, 1987. 148 p.

MAIA, Felícia Assmar. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e Cultural e o poder econômico. **Movendo Idéias**, Belém, v. 8, n.13, p. 39-42, jun. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008. 312 p.

MARTELETO, Regina Maria. Educação e Informação: a distribuição da informação na sociedade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.86, p.46-60, jul./set. 1986.

MARTINS, Gracy Kelli. **MAPA CONCEITUAL DE UMA ONTOLOGIA DE DOMÍNIO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL BRASILEIRO**: um percurso pelos caminhos de Peirce, Dahlberg e Novak. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

McGARRY, K. J. **Da documentação à informação**: um contexto em evolução. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1984. 196 p.

_____. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002. 237 p.

MIRANDA, Danilo Santos de. Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana. In: _____. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural. São Paulo: Edições SESC/ SP, 2007. 304 p.

MENEZES, José Luis da Mota. **Ainda chegaremos lá**: história da FUNDARPE. Recife: Gráfica e Editora MXM, 2008. 208 p.

MESSENTIER, L. M. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Disponível em: http://www.artigocientifico.com.br/acervo/6/59/ppl_1252.html.gz. Acesso em: 23 set. 2007.

MONDIN, Battista. **Introdução à Filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. São Paulo: Paulus, 1980, 272 p. (Coleção filosofia, 2)

OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães. **O Uso Social da Informação na Rede de Desenvolvimento de Santo Amaro**. 2007. 146 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 9. reimpr. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 148 p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social**: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. 129p.

PERNAMBUCO. Estado. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Diretrizes para o Plano Estadual de Cultura de Pernambuco**. Recife: [s.n], 2008.

PERNAMBUCO. Estado. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.fundarpe.pe.gov.br/fundarpe.php>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

PERNAMBUCO. Estado. Governo do Estado. **Secretarias**. Disponível em: <<http://www2.pe.gov.br/web/portal-pe/exibir-secretarias>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

PERNAMBUCO. Estado. LEI Nº 13.407, 14 mar. 2008. Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA. Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/fomento_funcultura_legislacao.php>. Acesso em 28 de abr. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008. 242 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 190 p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 89 p. (Coleção primeiros passos, 110).

TANNO, Janete Leito. A democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 2, n. 1, 4 p. 2006

USINA de Revitalização Nêgo do Timbó. Escola de Desenvolvimento Sócio-ambiental. FUNCULTURA. FUNDARPE, [Garanhuns], [20--].

- VILAÇA, Marcos Vinícios. **Por uma política nacional de cultura**. Brasília: Ministério da Educação e Cultrura; Secretaria de Cultura, 1984. 78 p.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 239 p.
- YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

GLOSSÁRIO¹⁰

- 1) **Aperrear**: incomodar atazanar perturbar preocupar.
- 2) **Animação**: Ação de animar; Vida, atividade: classe privada de animação, Vivacidade, movimento, calor: falar com animação. Alegria, entusiasmo.
- 3) **Banda de pífanos**: São conhecidas também, dependendo da região, como carapeba, terno de pífanos, cabaçal ou esquentamuié. Tais bandas são uma marca da cultura nordestina, sendo representadas nas artes figurativas típicas e nas xilogravuras de cordel.
- 4) **Bico**: Renda estreita, que termina lateralmente em bicos.
- 5) **Boneca (de maracatu)**: a primeira dama da corte, que, durante os desfiles, leva a boneca -chamada calunga- que simboliza as rainhas mortas.
- 6) **Canga**: Peça de tecido que se enrola à volta da cintura ou do tronco e se usa como peça de vestuário.
- 7) **Capoeira**: Jogo atlético individual, com um sistema de ataque e defesa. Da mesma forma caracteriza-se pela luta que era usada pelos escravos e que a treinava em áreas semidesmatadas, e provavelmente veio daí o nome da luta. Seus golpes quase acrobáticos e com aspecto de dança muito contribuíram para enganar os senhores de engenho, que permitiam a prática, julgando-a como uma brincadeira dos escravos. A dança, por sua vez, servia para disfarçar a luta dando-lhe um caráter e inofensivo.

¹⁰ Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

- 8) **Cerâmica:** As peças feitas de barro. Olaria.
- 9) **Coco de roda:** O é um ritmo que vem da divisa de Alagoas com Pernambuco. O nome refere-se também à dança ao som deste ritmo.
- 10) **Cultura de raiz:** Tem origem nas tradições, nos princípios, nos costumes, no modo de ser de um povo.
- 11) **Embolada:** Forma poético-musical do Nordeste, em compasso binário e andamento rápido, com refrão coral, quando dançada (como nos cocos) ou dialogada (como nos desafios).
- 12) **Embolador:** Adjetivo e substantivo masculino que ou o que compõe e/ou canta emboladas
- 13) **Ganzá:** Espécie de maracá indígena, constituído por um pequeno tubo de folha-de-flandres, fechado, que contém grãos ou seixos que soam quando agitados. O mesmo que reco-reco.
- 14) **Mamulengo:** Bras. (NE) Fantochada, representação teatral com bonecos, geralmente em épocas de festividade. / Fantoche.
- 15) **Maracatu:** denominava uma reunião barulhento de homem negros ou mulatos e tinha uma entonação negativa. No tempo de carnaval tenho dado permissão aos escravos de viver em publico seus tradições e religião. Aí eles celebravam a coroação do rei e da rainha.
- 16) **Muquifo:** Casa pequena; Local e/ou peça com poucos recursos técnicos ou materiais.
- 17) **Palhoça** (Paioça [sic]): Cabana rústica, dos climas tropicais, coberta de palha ou sapé; caluje; choça.
- 18) **Quilombo:** Aldeia em que se concentravam os escravos que fugiam das fazendas, minas e casas de família, onde eram explorados e sofriam maus tratos.

- 19) **Quilombola:** Morador do quilombo enquanto durou a escravidão no Brasil
- 20) **Timbó:** Tipo de cipó encontrado nas matas.

APÊNDICES

APÊNDICE A : Roteiro de perguntas para aplicação na Associação Comunitária Nêgo do Timbó

As entrevistas individuais, além dos comentários iniciais que serão mantidos com os entrevistados, deverão partir de uma *associação – livre* sobre a Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó, as informações oriundas da pesquisa serão confidenciais e terá assegurado o sigilo do participante. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois apenas terão acesso a eles as pesquisadoras envolvidas.

- 1) Qual seu nome?
- 2) Sua idade?
- 3) Sua ocupação atual? Se você trabalha, em que setor está empregado? Município de moradia? Qual sua participação na Associação Comunitária Nêgo do Timbó?
- 4) Conforme informações obtidas com a FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, existiu um projeto intitulado “Usina de Revitalização Nêgo do Timbó”; em que circunstâncias houve a transformação em Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?
- 5) Então nós teríamos uma diferença entre antes e depois da Associação Comunitária Rural dos remanescentes quilombolas – Nêgo do Timbó? Qual seria, então, a maior diferença?
De tudo isso, o que é mais importante para você? Por quê?
- 6) Você pode me falar sobre o seu grupo, suas atividades antes da criação da Associação?

- 7) Como os integrantes da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó se relacionam uns com os outros?
- 8) Existe uma articulação do grupo, com outros sujeitos sociais visando a melhoria das atividades de cada um?
- 9) Como vocês se comunicam, sabem dos projetos, dos eventos culturais, e, de possibilidades de divulgação da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?
- 10) A Prefeitura Municipal de Garanhuns – PMG mantém uma interação com a Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó? De que forma vocês se comunicam? Existe uma participação efetiva da PMG com a Associação?
- 11) Entre os integrantes da Associação quem é o encarregado da divulgação do trabalho da associação e de suas manifestações culturais? Por quê? Repassa para todos? Quem produz, então, informação de interesse para os integrantes da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?
- 12) Existe a compreensão por parte do grupo de preservação da memória do quilombo?
- 13) De que maneira se efetiva essa “preservação da memória”, de forma oral?
Ou algum outro trabalho é feito para atingir este objetivo?
- 14) Que órgão ou instituição, além da FUNDARPE, que ajuda no trabalho da associação? Como é esse apoio? Quem faz os contatos?
- 15) Existe algum tipo de política social, que no momento, esteja beneficiando o grupo? Quem poderia ajudar mais?
- 16) Na Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó quem produz mais informações? De que maneira

existe a comunicação com todos? Essas novas informações todos recebem?

17) É do conhecimento de vocês a existência de uma Política Pública de Cultura do Estado de Pernambuco?

18) Você entende tudo que está sendo feito em torno das Políticas Públicas de Cultura?

19) Quando você não entende, quem repassa, ou explica essa informação para você?

20) Existe uma participação efetiva da FUNDARPE no apoio, consultoria, na instalação e divulgação da Associação Comunitária do quilombola – Nêgo do Timbó?

21) A inclusão da Associação Comunitária Nêgo do Timbó no Programa Mais Cultura do governo do Estado trouxe alguma forma de contribuição?

22) Em sua opinião o que auxiliaria mais a associação na divulgação das manifestações culturais e na preservação da memória do quilombo?

23) Contato (opcional):

Comprometo-me, desde já, a enviar o produto final da pesquisa, assim que estiverem prontos.

Obrigada!

APÊNDICE B: Digitalização do documento de entrada no Comitê de Ética da UFPE

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

Página 1 de 1

PROT. N° 333/133
CEP/CCB
FL.

 **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

PROJETO RECEBIDO NO CEP		CAAE - 0310.0.172.000-11	
Projeto de Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS - PRESERVAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E PAPEL SOCIAL DA FUNDADOR			
Área(s) Temática(s) Especializ		Grupo	Free
Não se aplica			Não se aplica
Pesquisador Responsável			
CPF	Pesquisador Responsável	Assinatura	
30549140408	HELENA AZEVEDO		
Comitê de Ética			
Data de Entrega	Recebimento:	Assinatura	
21/06/2011			

Este documento deverá ser, obrigatoriamente, anexado ao Projeto de Pesquisa.

APÊNDICE C: Digitalização da Carta de Anuência da FUNDARPE



FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO
DE PERNAMBUCO



TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR E DA INSTITUIÇÃO

Título do Projeto: Políticas Públicas – Preservação de Manifestações Culturais: O Papel Social da Fundarpe.

DADOS DO PESQUISADOR:

Nome: Helena Azevedo
CPF: 305.491.404-68

Endereço: Av. Oliveira Lima, 337, Flat 09, térreo, Heliópolis – Garanhuns/PE. CEP: 55.295-520.
Fone: (87) 9913-0971

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA:

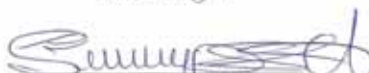
Instituição de Pesquisa: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE

Endereço: Rua da Aurora, 463/469 – Boa Vista – Recife – PE – CEP 50050-000.

Declaramos aceitar as responsabilidades advindas da condução do projeto proposto, sendo a destinação do material e/ou dados coletados de uso restrito da pesquisa, com o compromisso de divulgação dos resultados em congressos e revistas científicas.

Recife, 20 de abril de 2011.


Helena Azevedo


Severino Pessoa dos Santos
Diretor Presidente

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE
Rua da Aurora, 463/469 – Boa Vista – Recife – PE – CEP 50050-000
FAX (081) 31843000 / FAX (081) 3184304 - <http://www.fundarpe.pe.gov.br>
E-MAIL: webmaster@fundarpe.pe.gov.br

ANEXO

ANEXO 1: Digitalização do folheto distribuído pela Usina de Revitalização Nêgo do Timbó (Referência a este nome, pois foi distribuído antes da mudança para Associação comunitária rural dos remanescentes do quilombo Nêgo do Timbó).



O PAI DE PAI

**O pai de pai
falou pro outro pai
que o pai do seu pai
também batia no ganzá**

**A mãe de mãe
falou pra outra mãe
que a mãe da outra mãe
também batia no ganzá**

**Ó lua o lua
sou preto veio embolador
da bola bamba
só deixo de cantar samba
quando a cabeça voá**

**Ó lua ó lua
minha vó me disse
que eu nasci de madrugada
uma mão aberta outra fechada
e trouxe a sina de cantá
Ó lua ó lua**

GATO MARACAJÁ

**Eu vi o ronco do tiro
vi a fumaça cubrir
a palha da cana rangi
me deu vontade deu ir lá
quando eu olhei o gato maracajá
o gato quando me viu
Danou se para miááááá
não vá meu bem
se não for deixe ir
deixe está.**

CRAVO BRANCO

**Cravo branco é rosa noiva
morena inda te amo
toca no sino
arrebate na sineta
vi o som da gasuleta
vi o mar tocar piano
peixe piaba tubarão das alagoas
nunca vi coisa tão boa
namorá com doze anos
é vinho é zinebre
é licor convindo meu amor
vamos tomar sim
vamos tomar sim sim**

NÊGA DANADA

**Nêga danada tu ta beba de liamba
vestida de bico e canga
só namora pra casá
Nêga danada tu quebrou minha gamela
eu quero o dinheiro dela
não mandei você quebrar
fico danado quando chego do serviço
que entro dentro do muquifo
e vejo menino chorá
O muiç veia de que chora esse menino
chora de barriga cheia
samente pra aperriá
A minha namorada
ainda hoje chora
ainda hoje chora
ainda hoje chora**

A CASA É BOA É DE MADRUGADA

**Esse côco é meu
essa casa é minha
no meu forró
não tem chapinha
menino não dorme
valente não chia
O côco esse ano
se passa três dias
a casa é boa é de madrugada
de manhã cedo
não vale nada**

MEU AMOR MORREU

**Meu amor morreu
Aonde eu vou parar
Em galho de coquêro
No tronco do juremá
A meu deus eu caio eu caio
Dentro da onda do má
Da pedra faço cimento
Faço casa de sobrado
Faço tudo por vingado
Na morte do presidente
No mesmo tempo
Eu sou o poeta cachola
No dia eu venho da escola
Na véspera do argumento
No dia em que eu me estranhar
O aço corta no vento
Eu papoco ou arrebento
Tenho talento de raiá na pitombeira
Rebento caixão da fêra**

**Sarto pro lado de dentro
Pegueia cobra jibóia
Pra conduzir na viagem
Pisei na ponta da bage
Contei 25 jóias
Chove não molha
No caminho da gurita
Onde os pássaros cantam e gritam
Peguei a cobra jibóia
A cobra verde
Rainha cobra coral
Lelê, jericoá, papa ovo, salamanta
A cascável mora debaixo da lage
Quando ela pinica a bage
Todas as cobrinhas se espanta**

PAPAGAIO

**Meu papagaio morreu
Papagaio
Afogado na maré
Papagaio
A falta de quem te ama
Papagaio
Meu lôro de cá o pé
Papagaio
Tururi tururi tururi
Papagaio
Tururi tururi tururi
Papagaio
Eu vi o lôro, vi o tôro, vi o lôro
vi o tôro, vi o lôro
Afogado na maré**

As composições desta edição pertencem ao patrimônio imaterial celebrado nos sambas de côco em territórios quilombolas da região Garanhuns - PE - Brasil

Equipe:

Mestre Juarez - Voz e Pandeiro
Edilene e Andréia - Assistentes de dança
Ermesson e Thór - Assistentes de música
Mestre Fida - Esculturas
Kléber - Assistente de escultura
Antônio Marcos - Assistente de escultura
Carlos e Marcone Rodrigues - Imagens
Estúdio Poço
Danielle Jansen - Produção Executiva

Integrantes do Grupo de Dança Afro e Percussão:

Baiane, Beatriz, Camila, Jailline, Tatiana, Janielly,
Silmara, Jamilly, João, Zen, Lôla, Fabiana, Iá, Carla,
Ninho, Léo, Márcio, Baybe Lidiane e Roberta.

Merendeiras:

Giselda e Cristina

Produção
Cultural
Wagner Porto

AGRADECIMENTOS

**A toda Comunidade Quilombola
do Timbó, Inhumas, Terra
Preta, Cavaco, Gruta Funda,
Lamarão, Periperi e adjacências.
As Escolas Públicas Municipais
de Garanhuns, Julião Capitó
(Iratama) e José Brasileiro
Vila Nova (Mandaú).**



MF
MESTRE FIDA

NÊGODO TIMBO
USINA DE REVITALIZAÇÃO



ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO - AMBIENTAL
timbodasartes@hotmail.com. (87) 9612-2579

FUNCULTURA



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO
DE PERNAMBUCO

**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO**

**GOVERNO DE
Pernambuco**

